



Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

ISSN: 1981-8122

ISSN: 2178-2547

MCTI/Museu Paraense Emílio Goeldi

Leite, Bruno Martins Boto  
Boticas, boticários e cultura farmacêutica nos estabelecimentos  
da Companhia de Jesus no 'Estado do Brasil', 1670-1759  
Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências  
Humanas, vol. 17, núm. 1, e20200130, 2022  
MCTI/Museu Paraense Emílio Goeldi

DOI: <https://doi.org/10.7440/res64.2018.03>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394071058003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://redalyc.org)



Sistema de Informação Científica Redalyc  
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal  
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

# Boticas, boticários e cultura farmacêutica nos estabelecimentos da Companhia de Jesus no 'Estado do Brasil', 1670-1759

## Apothecary workshops, apothecaries, and pharmaceutical culture in the establishments of the Society of Jesus in the 'State of Brazil', 1670-1759

Bruno Martins Boto Leite 

Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, Pernambuco, Brasil

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é estudar os processos de racionalização das práticas farmacêuticas nos colégios jesuítcos situados numa fração da América portuguesa. Estes processos têm início com a fundação das boticas jesuítcas, a partir de 1670, e seu desenvolvimento, até 1759, assim como com a designação de agentes especializados no estudo dos simples e na confecção de medicamentos que seriam vendidos ou doados para as comunidades que constituíam a sociedade portuguesa nos trópicos. Ocupamo-nos desse processo precisamente no interior do âmbito jurisdicional do 'Estado do Brasil'. Buscamos compreender, pelo estudo dos 'Catálogos breves e trienais da Companhia de Jesus' – documentação administrativa da ordem que tinha por finalidade informar os gerais dos diferentes núcleos de atividades dispostos na América e dos diferentes indivíduos residentes em cada um desses espaços –, quantas boticas jesuítcas existiam nos colégios da Companhia de Jesus do Brasil, quem foram os boticários que ali trabalharam produzindo medicamentos, como esses profissionais obtiveram a sua formação manual pelo estudo de suas trajetórias, que tipo de medicamento foi ali produzido e, sobretudo, inventado e, por fim, qual a importância dessa produção para o sustento econômico dos padres na Província do Brasil.

**Palavras-chave:** História da Companhia de Jesus no Brasil. Ciência jesuítca. História da farmácia.

**Abstract:** This work aims to study the process of systematization of pharmaceutical practices within the Jesuitical colleges of Portuguese America. This process began with the foundation of the Jesuitical apothecary workshops from 1670 until 1759 and the designation of specialized agents in the study and production of remedies that would be sold or given to the communities that constituted Portuguese society in the tropics. We will consider this process only within the jurisdictional sphere of the 'Estado do Brasil', striving to understand, by studying the 'Catalogi breves et triennalis Provinciae Brasiliae' – administrative documents of the Society of Jesus that aimed to inform the superiors about the many spaces of activity in Portuguese America and the many individual residents in each of those loci – how many apothecary workshops existed in the colleges of the Society of Jesus of Brazil, who were those apothecaries, how those men obtained their formation by studying their trajectories, what kind of medicine they produced and invented in those places and, finally, what is the importance of this production for the economic sustenance of the Jesuits in the Province of Brazil.

**Keywords:** History of the Society of Jesus. Jesuitical Science. History of Pharmacy.

---

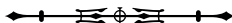
Leite, B. M. B. (2022). Boticas, boticários e cultura farmacêutica nos estabelecimentos da Companhia de Jesus no 'Estado do Brasil', 1670-1759. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(1), e20200130. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0130

Autor para correspondência: Bruno Martins Boto Leite. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Rua Dom Manuel, s/n, Dois Irmãos. Recife, PE, Brasil. CEP 52171-900 (bruno.boto@ufrpe.br).

Recebido em 07/11/2020

Aprovado em 19/10/2021

Responsabilidade editorial: Márcio Couto Henrique



## INTRODUÇÃO

A Companhia de Jesus foi fundada em 1540 e, desde então, operou de modo a afirmar a ideologia católica na Europa e no mundo, através de diversas estratégias que iam desde a 'pregação', da 'missionação', passando pela prática da 'confissão' até chegar à construção e gestão de escolas. Deixaram tudo isso registrado em suas cartas e obras que também fizeram parte destas estratégias. Uma ordem religiosa que se apresentou, portanto, no contexto do Concílio de Trento – da Reforma Católica e da Contrarreforma<sup>1</sup> – como um importante instrumento não somente da Igreja de Roma, mas também, e, talvez, sobretudo, dos Estados territoriais nascentes. Isso de modo a produzir, afirmar e difundir uma tradição religiosa condizente com uma *Weltanschauung*, uma visão de mundo, abraçada por estas novas estruturas políticas. Era através dos mecanismos de difusão de cultura por parte das instituições clericais, como aqueles dispositivos postos em marcha pelos jesuítas, que se afirmava, nos Estados dinásticos, um certo imaginário ou sentimento de unidade que dava sentido e legitimidade à organização daquela sociedade.

A vinda da Companhia de Jesus à América portuguesa não se fez de modo fortuito: depois da afirmação do modelo administrativo das 'Capitanias hereditárias' (1532/1534-1549), o rei D. João III formulou as novas bases políticas do que seria a futura sociedade portuguesa nos trópicos americanos. Em 1549, enviou, além do futuro governador Tomé de Sousa para formar a estrutura do Governo Geral,

o primeiro destacamento de jesuítas a serem incumbidos da 'conversão e redução' dos povos nativos à cultura e à tradição dos católicos portugueses. Esses jesuítas foram recrutados pela Coroa portuguesa de forma racional<sup>2</sup>. O envio dos jesuítas vinha em consonância com o projeto de estruturação de um dispositivo político situado na Bahia, e, portanto, entre as capitanias de Pernambuco e São Vicente: as duas capitanias hereditárias que mais sucesso obtiveram no processo administrativo dos primeiros tempos. Esse dispositivo – o 'Governo Geral' – funcionou de modo a tonificar o processo de povoamento, com a presença mais marcante dos interesses do Estado português<sup>3</sup>. Governador Geral e jesuítas, além de outros muitos agentes, portanto, representavam aquele poder soberano emanado de Lisboa, sendo parte da coroa nos trópicos<sup>4</sup>.

Assim sendo, nos primeiros anos da presença da Companhia de Jesus na América lusa, sua principal incumbência foi aquela missionária: conhecer os índios, seus costumes e religião, de forma a convertê-los à cultura portuguesa<sup>5</sup>. Desde sua chegada, os jesuítas serviram-se de diferentes estratégias para a conversão dessas comunidades – em especial, da 'pregação e de práticas de cura' –, sem grande sucesso até que, por volta de 1556, Manuel da Nóbrega formulava e aplicava um amplo projeto de 'Reforma das Missões', com a elaboração, de maneira mais rigorosa e detalhada, da estratégia dos aldeamentos artificiais de nativos organizados pelos padres<sup>6</sup>.

<sup>1</sup> cf. Jedin (1995).

<sup>2</sup> A história desse recrutamento dos padres com vistas à conversão dos povos autóctones da América é detalhadamente narrada na obra de Nemésio (1954).

<sup>3</sup> Sobre o Governo Geral, cf. Cosentino (2009).

<sup>4</sup> Vale ressaltar o caráter burocrático do estamento clerical no período moderno: a interpretação proposta por Prodi (1982) aponta não só para a formação do estado territorial papal, mas também, e sobretudo, para as consequências desse processo no que toca o clero: ocorre aí uma substancial mudança no caráter funcional do clero católico, nas suas diferentes manifestações, em função de sua disposição na nova estrutura política romana. É questão, tanto na obra de Prodi (1982) quanto aqui, de ver esses agentes não somente enquanto sujeitos autônomos ou associados em absoluto à jurisdição papal, mas, ao contrário, de compreendê-los em estreita relação/conexão com a estrutura burocrática e secular dos modernos estados territoriais, e, nesse caso, do Estado português.

<sup>5</sup> Vale lembrar que não havia ainda uma política do Estado para afirmação e difusão da língua portuguesa nos territórios de além-mar do Império luso. Tal orientação só começou a ser posta em prática no século XVIII. Até lá, na América portuguesa, conviviam, lado a lado, o uso da língua tupi, na sua versão jesuítica, e o uso restrito da língua portuguesa. Vale lembrar o caso do Bispo de Olinda, Dom Francisco Lima, que, em 1697, chocou-se ao constatar a condição cultural do bandeirante Domingos Jorge Velho, o destruidor do quilombo dos Palmares, ao necessitar de um intérprete para se comunicar com o sujeito em questão. Segundo ele: "Este homem é um dos maiores selvagens com quem tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo língua, porque nem falar [o português] sabe nem se diferencia do mais bárbaro tapuia" ("Consultas de Pernambuco", n.d.).

<sup>6</sup> Sobre a 'Reforma das Missões', verificar a detalhada e rigorosa análise do projeto e instituição dos aldeamentos em Eisenberg (2000).

A partir de então, os jesuítas estruturaram um plano de ação que contava com instituições constituídas oficialmente e fundamentadas por um olhar que tornava a ação dos padres junto aos nativos bastante orgânica *vis-à-vis* da política do Estado português. Contudo, apesar desses desdobramentos estratégicos e da afinação das práticas de redução e conversão dos indígenas, ainda ficava patente a dificuldade vivenciada pelos jesuítas pelo mau comportamento dos moradores ou colonos frente ao projeto disciplinador da monarquia católica lusitana. Na distância do centro político, religioso e cultural do Império português, muitos europeus afrouxavam seus costumes, apropriavam-se de tradições heterodoxas e viviam de forma conflitante com os princípios que se queriam afirmados na formação da nova sociedade portuguesa na América. Com esta limitação, a partir da década de 1560, veio a necessidade de educar não somente o sujeito indígena, mas também os moradores luso-americanos que se deixavam conduzir por outras 'formas de vida' não adequadas aos moldes ortodoxos da fé portuguesa e, sobretudo, à moral que se queria difusa pelo poder central.

A partir de então, desde a década de 60 do século XVI, a política da Companhia de Jesus orientou-se, portanto, numa outra direção, não mais no sentido de converter essencialmente as populações indígenas, mas, sobretudo, no de disciplinar os sujeitos portugueses e os filhos de

portugueses, residentes nestes espaços, direção essa que, a despeito de muitos historiadores, marcaria a presença e a atuação dos jesuítas na sociedade americana do período moderno da segunda metade do século XVI em diante.

Entretanto, para reforçar a estrutura da Companhia de Jesus em solo americano, era fundamental buscar estratégias práticas de formação de noviços e de serviços para prover o dispositivo montado pela ordem e que, pouco a pouco, ganhava mais corpo e complexidade. Dentre essas diferentes estratégias, a hierarquia da ordem lançou mão do uso dos 'ofícios manuais' na formação do noviciado jesuítico: entre esses ofícios, achavam-se também presentes os ofícios manuais de cura, aqueles dos boticários e sangradores.

Sendo assim, os colégios da Companhia de Jesus da América portuguesa comportavam-se como centros organizativos de uma ampla gama de atividades abraçadas pelos inacianos, a saber, o preparo dos noviços, com o empreendimento e o desenvolvimento de práticas manuais úteis nessa formação, a constituição do clero (regular e secular) e do laicato, a imposição dos sacramentos em suas igrejas, entre outras atividades. Por conta disso, os colégios da ordem dispunham-se antes como 'núcleos organizacionais do que como centros de formação ou escolas': isso porque nem todos os colégios empreendiam determinadas atividades. Nem todos os colégios possuíam escolas, oficinas e boticas<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Nos Colégios da Companhia, muita coisa acontecia: era ali que os padres residiam, ali ofereciam formação técnica ou mecânica em suas oficinas aos indígenas e africanos, ali possuíam boticas onde produziam e vendiam medicamentos, ali formavam os noviços da ordem jesuítica e de outras ordens e, finalmente, ali ofereciam, em suas escolas, o ensino inferior e superior aos futuros letrados e intelectuais da sociedade colonial, clérigos e leigos. Nestes colégios, os inacianos iniciaram o trabalho missionário, ampliando, pelo ensino e formação, o número de missionários aptos a converter os povos nativos. Essa ampliação se deu, inicialmente, através da organização de escolas de Gramática, Humanidades e Retórica: todos os futuros padres deveriam não somente conhecer o latim, mas também ter uma boa base de eloquência (humanidades e retórica) para o diálogo com o gentio e a conversão do mesmo à cultura tridentina. Além disso, a formação em gramática favorecia os futuros missionários ao lhes permitir estruturar a sua compreensão das línguas vernáculas dos povos a serem convertidos, organizando tais línguas em novas gramáticas e vertendo o catecismo tridentino para esses mesmos idiomas, de modo a facilitar a formação dos padres que atuariam como missionários e a conversão dos nativos no seu próprio idioma. Esse ensino era essencial na formação destes missionários e também dos sacerdotes que iriam rezar, semanalmente, as missas em língua latina, como previam as determinações do Concílio de Trento, que fez do latim, com base na Vulgata de São Jerônimo, a língua oficial da Igreja Católica. Além disso, os padres, no final do século XVI, começaram a investir na formação dos moradores das cidades mais urbanizadas e populosas, e a organizar escolas abertas também ao público leigo – em especial os grupos dirigentes da sociedade nobiliárquica nos trópicos lusitanos –, para o qual proviam uma formação básica e superior. Essas escolas educavam e formavam, portanto, como dissemos, os futuros clérigos – aqueles que iriam dirigir os bispados, as paróquias, rezar as missas, fazer os sermões diários ou semanais e catequizar nativos e africanos – e os grupos dirigentes leigos – aqueles que iriam administrar as câmaras, compor os diversos tribunais locais e, mesmo, governar as diferentes capitanias particulares, assim como a capitania geral. Tais escolas atuavam como fábricas de letrados e de intelectuais no interior da sociedade colonial (B. Leite, 2020, pp. 22-23).

Diante do que dissemos, o lugar e a importância das 'Boticas' da Companhia de Jesus ganhavam forma diante de três aspectos da atuação da ordem. Primeiramente, na sua relação com as atividades de conversão junto aos nativos. Desde a chegada dos padres, estes serviram-se de práticas médicas, adquiridas na Europa e apreendidas nos trópicos, pelo contato com os autóctones, com o intuito de converter estas mesmas populações. Em segundo lugar, na sua relação com as atividades formativas dos noviços da ordem. E, finalmente, na sua relação com as atividades socioeconômicas voltadas à aquisição de recursos para o desenvolvimento da estrutura administrativa da ordem, o que tinha por corolário a provisão de serviços bastante escassos na sociedade portuguesa ali em construção. Desde a chegada dos jesuítas nas Américas, observou-se a falta de oficiais mecânicos para confecção e produção dos mais diversos bens necessários à vida comunitária, como eram os medicamentos produzidos pelos boticários. Diante disso, da necessidade de recursos pecuniários para manter a ordem no espaço americano e da necessidade de estruturar meios de formação dos noviços, para que estes se adequassem à estrutura fortemente hierárquica da ordem, os trabalhos manuais foram fartamente empregados.

Primeiramente, já no início das práticas de conversão dos padres, no estudo cuidadoso da língua e dos costumes indígenas e no uso extensivo da conversão pela 'pregação' da palavra cristã, observou-se a importância do poder curativo dos missionários durante a conquista espiritual dos indígenas. Foi desde a chegada, em 13 de julho de 1553, na armada do segundo Governador Geral, D. Duarte da Costa, do irmão coadjutor José de Anchieta, o qual fora incumbido de

ofícios manuais de cura, que se observou, entre os indígenas, a importância de ofícios dessa natureza na estratégia da conversão. Sobre isso, diz Eisenberg (2000, pp. 79-80):

Nas sociedades Tupi, o poder de comunicação com os espíritos estava restrito àqueles que tinham o dom da cura. Os índios acreditavam que o pajé falava a verdade sobre questões religiosas devido ao poder de persuasão dos rituais de cura que ele executava. Essa persuasão, contudo, era teatral e não somente linguística. Se os jesuítas desejavam algo mais do que o direito de pregar a palavra – eles queriam persuadir seus ouvintes –, eles teriam que convencer os nativos a acreditarem que não eram meros impostores. Os missionários queriam ser vistos pelos índios como oradores "autorizados", e isso implicava convencê-los de que, como os pajés, eles também tinham o privilégio de conversar com os espíritos. Portanto, antes que os jesuítas pudessem persuadir os índios com sua mensagem religiosa, eles tinham que demonstrar suas habilidades médicas. Isso colocava os irmãos em direta competição com os pajés.

E Anchieta, ao se entregar a práticas curativas no tempo de sua formação como irmão coadjutor, deixava ver aos demais padres da ordem, e especialmente a Nóbrega, a importância daquelas atividades nas estratégias de convencimento e conversão das populações ameríndias<sup>8</sup>.

Derivava desse uso das práticas curativas pelos padres, e especialmente por Anchieta, um certo poder carismático dos jesuítas em relação aos indígenas, o qual era importante cultivar para continuar a empregá-lo na conversão dos nativos ainda não convertidos e dos africanos escravizados e residentes nos engenhos senhoriais<sup>9</sup>. Diante disso, e com essa finalidade, os inicianos investiram também no estudo e no desenvolvimento das práticas curativas. Para além dos ofícios de sangrar, os jesuítas pesquisaram profundamente a flora e a fauna local,

<sup>8</sup> Enquanto trabalhava ao lado de Anchieta em São Vicente, Nóbrega notou que o sucesso de seu colega na conversão dos nativos se devia ao fato de se submeterem aos poderes aparentemente miraculosos do missionário. Do mesmo modo que respeitavam os pajés e os carabas, os índios submetiam-se à autoridade carismática de Anchieta, por reconhecerem nele a fonte da autoridade de seus pajés, o poder de curar doenças (Eisenberg, 2000, p. 81).

<sup>9</sup> Vale lembrar da prática, ainda não estudada, do apostolado jesuítico entre os africanos escravizados, desde o século XVII, que contava com a participação de um eminente jesuíta, o padre Pedro Dias, conhecido na documentação e na apologética de S. Leite (1938-1950, Tomo VIII, p. 199-200) como o 'Apóstolo dos africanos'. Dias empenhou-se na conversão dos africanos, aprendendo e divulgando a sua língua, e usando, para isso, de práticas de cura, talvez com o mesmo intuito de Anchieta, por acreditar, com base em seus estudos, que os costumes angolanos valorizavam as práticas curativas como sagradas. Sobre ele, diz S. Leite (1938-1950, Tomo VIII, p. 199-200): "Versado *non mediocriter* em Direito civil e em Medicina. Assinalou-se na extremosa caridade para com os pobres e pretos da África, a cujo serviço colocava os seus conhecimentos médicos e os curava com amor por suas próprias mãos e com remédios por ele manipulados".

seja pelo contato direto com as matérias-primas seja pela mediação que tiveram com a cultura dos indígenas<sup>10</sup>. Exemplo desse interesse dos padres pelos saberes locais constata-se do estudo do manuscrito “Materia medica misionera”, de Montenegro (1710), missionário da Província jesuítica do Paraguai, por Fleck e Polleto (2012). O conteúdo do tratado em questão sugere, eventualmente, duas interpretações objetivas: a de que os jesuítas possuíam amplo interesse pelos saberes indígenas e a de que esses saberes poderiam ter sido muitíssimo úteis aos padres na conversão desses sujeitos.

Na Província do Brasil<sup>11</sup>, por sua vez, constata-se o interesse dos jesuítas pelo saber médico, botânico e zoológico dos nativos, de modo a empregar esse mesmo saber na sua conversão. Muitos foram os padres que compilaram informações sobre os ‘simples’ da natureza luso-americana. As cartas jesuíticas estão impregnadas de informações dessa natureza.

Esse interesse pode também ser reconhecido no esforço do irmão enfermeiro Manuel Tristão, um dos primeiros indivíduos a ser reconhecido como boticário da ordem. O padre Tristão era natural dos Açores e havia chegado à América lusa por volta de 1568, ano em que entrara para a Companhia. Sua presença no Colégio da Bahia como enfermeiro é concomitante à visita do padre Cristóvão de Gouveia e seu secretário Fernão Cardim, nos

idos de 1583. A história do irmão boticário liga-se àquela do secretário do visitador, na medida em que este último, tendo sido designado procurador em Roma, e dirigindo-se à Europa em 1601, teve seu navio interceptado por piratas ingleses. Na posse de Cardim, iam, além de cartas escritas por ele aos superiores da ordem, algumas receitas de botica do padre Manuel Tristão. Esses documentos foram adquiridos pelo sacerdote inglês Samuel Purchas e publicados, com exceção das receitas, na coletânea de textos de viagem “Purchas his Pilgrimage”, na edição de 1625 (Purchas, 1625-1626). O editor dessas narrativas, por desconhecer a origem e a procedência das cartas e por ter achado no meio delas as tais receitas do ‘ir. Manuel Tristaon Emfermeiro do Colégio da Bahia’, assumiu como autor das cartas o irmão boticário. Coisa que anos depois foi resolvida pelo historiador Capistrano de Abreu<sup>12</sup>. Essas receitas em questão, até hoje, não foram encontradas.

O padre Tristão, apesar de ser uma figura importante do Colégio da Bahia, perambulou pelos espaços luso-americanos da Companhia: indo posteriormente para Pernambuco, onde residiu tanto no Colégio de Olinda como nas aldeias de Santo André de Goiana e na de Nossa Senhora da Escada, na primeira metade do XVII. O ‘primeiro boticário da Companhia de Jesus no Brasil’, como Serafim Leite o designou, faleceu, já velho, no Colégio de Olinda, antes de 1631.

<sup>10</sup> Apesar de Eisenberg (2000) tratar o uso das práticas de cura como um dispositivo ou estratégia empregada pelos primeiros jesuítas, notadamente por Anchieta, na conversão dos indígenas, esta estratégia continuou sendo usada por muito tempo depois. Em pleno século XVIII, constatamos o seu uso pelos missionários residentes nas aldeias. Este era o caso do irmão Manuel Rodrigues (1630-1724) que “... embarcou para as missões do Maranhão e do Pará em 1660 e trabalhou com os índios Guajajaras e outros, nas aldeias, e ocupou quase todos os ofícios próprios do seu estado de irmão coadjutor, entre os quais o de enfermeiro e boticário” (S. Leite, 1938-1950, Tomo IX, p. 88). Muito provavelmente a prática desses ofícios pelo irmão Rodrigues estivesse associada às estratégias mesmas da conversão dos indígenas nessas aldeias. Apesar desse irmão ter atuado excepcionalmente junto às missões do norte, é possível que o irmão Luís Pinheiro o tenha conhecido no Colégio do Maranhão quando ali foi boticário e o irmão Rodrigues ali residia já em idade avançada. Caso similar é o do irmão Domingos Coelho que chegou ao Maranhão em 1679 e conhecia bem a arte cirúrgica e farmacêutica. Tendo depois vivido por 24 anos em São Paulo (S. Leite, 1938-1950, Tomo VIII, p. 166).

<sup>11</sup> A administração da Companhia de Jesus difundia-se de Roma para as quatro partes do mundo. Fora de Roma, a maior instância organizacional eram as ‘Assistências’, abaixo delas, as ‘Províncias’ e, por fim, os ‘Colégios’. No caso do Império português, os jesuítas organizaram-se sob a ‘Assistência de Portugal’ e aqueles jesuítas dispostos nos territórios americanos da Coroa organizavam-se na ‘Província do Brasil’. Esta teve na figura de Manuel da Nóbrega o seu primeiro Provincial (superior).

<sup>12</sup> O historiador Capistrano de Abreu resolveu o problema da autoria do manuscrito publicado por Purchas em sua coletânea, na sua edição dos textos de Cardim (1925). Deixou, contudo, de analisar mais detidamente a natureza e o lugar daqueles escritos, o que é constatável pelo título que Abreu, na introdução aos escritos do padre (Cardim, 1925, pp. 149-160), deu ao conjunto epistolar – “Tratados da terra e da gente do Brasil” –, seguindo a orientação, um pouco esquizofrênica, de Purchas, que os nomeou ‘Treatise’, quando na verdade não passavam de cartas administrativas de conteúdo substancial dirigidas aos superiores na Europa.

Contudo, esse debate, apesar de muito interessante e importante, não é o cerne deste estudo, que se volta, antes, para o segundo aspecto dessas práticas, para a atuação boticária dos padres eminentemente junto às populações urbanas luso-americanas.

Posteriormente, ao despontar na realidade americana, os portugueses não elaboraram estratégias de modo a prover aqueles poucos moradores iniciais, aquela sociedade em construção, de serviços essenciais, tão caros aos europeus. Diante desse lapso, os jesuítas lançaram mão de uma importante estratégia: empregaram a formação dos noviços nos ofícios mecânicos, nas 'artes mecânicas' ou manuais, não só como forma de 'humilhação' dos aspirantes ao hábito regular, mas como modo de gerar serviços e riquezas que pudessem arcar com as despesas da Província do Brasil, tomando-os mais autônomos face ao elo do padroado com a coroa<sup>13</sup>.

Os ofícios manuais naquele tempo eram tidos pela cultura vigente na Europa como ofícios 'menores', que

maculavam a reputação de sujeitos que viviam sob o sinal do *Ethos* nobiliárquico. Esses trabalhos 'manchavam o sangue'. Diante disso, empreender ofícios manuais era uma boa estratégia para a formação da humildade e obediência dos noviços numa ordem tão marcadamente hierarquizada, como o era a Companhia de Jesus. Os noviços da ordem, então, puseram-se a apreender e a praticar ofícios manuais, como a cirurgia, a farmácia, a pintura, a escultura, a carpintaria, entre outros<sup>14</sup>. E a presença de irmãos coadjutores<sup>15</sup> que atuavam como boticários fazia-se sentir desde o início da atividade missionária e comunitária da ordem<sup>16</sup>.

Essas atividades dos padres ganharam maior delineamento no momento em que a estrutura administrativa do Estado português na América vinha subdividida em dois 'Estados' ou centros governativos: o 'Estado do Brasil' e o 'Estado do Maranhão'. Desde 1621, com a criação do 'Estado do Maranhão', desligado do 'Estado do Brasil', estabeleceu-se dois polos políticos de controle da Coroa pela via de

<sup>13</sup> É desde 1514-1516, com o surgimento das 'Modernas Concordatas' ou dos acordos de 'Padroado', que o Papa, no interior de um processo profundamente estudado por Prodi (1982) e que podemos chamar de 'secularização dos Estados papais', outorga, às três grandes monarquias católicas, o poder jurisdicional sobre as suas igrejas locais. A partir dessa data, os Estados católicos vão adquirir o poder de provisão de diferentes estruturas do clero e de conformação de suas igrejas locais, estabelecendo um forte elo entre o poder secular territorial e as igrejas católicas locais. A unidade do *imperium* medieval já vinha esfacelando-se e a escolha papal de distanciar-se do modelo político imperial e aproximar-se daquele dos estados territoriais gerava, nos demais estados historicamente ligados à tradição católica, um processo de subordinação da igreja ao poder temporal, ainda que essas igrejas – espanhola, portuguesa e francesa – apresentassem vínculos indiretos com o centro romano. Depois disso, em 1555, no momento dos tratados firmados entre o Imperador Carlos V e a Liga de Protestante de Esmacalda, na ocasião da famosa 'Paz de Augsburg' ou 'Paz de Augusta', afirma-se o princípio da *Cuius regio eius religio* [para cada região, a sua religião], em que ficava determinado que cada jurisdição (Estado) poderia escolher ou dispor da sua própria confissão. Vinha sancionado, a partir de então, que os príncipes e as cidades livres tinham a faculdade de introduzir a fé luterana em seu território, gozando dos mesmos direitos dos Estados católicos no interior do Império, e que os súditos deveriam, por conseguinte, aderir a essa fé. Não é preciso dizer que esse evento consolidou ainda mais a relação de unidade identitária dos Estados territoriais modernos com certos regimes confessionais que lhe outorgavam a sua identidade política, como é o caso do catolicismo no interior da monarquia portuguesa. Por essa razão, é possível dizer, para além do que já foi falado sobre os Estados ditos 'absolutistas', que eles fomentavam seu elo identitário com base na fé, eram Estados confessionais. Esse poder jurisdicional do Estado sobre as igrejas locais impunha, pela tratativa do Padroado, que os Estados, e, nesse caso, o português, custeassem determinadas estruturas eclesásticas, como foi o caso de alguns colégios da Companhia de Jesus na América portuguesa, em especial o Colégio da Bahia, o Colégio do Rio de Janeiro e o Colégio de Olinda. cf. Prodi (1982); Prosperi (2001).

<sup>14</sup> Esses ofícios são detalhadamente descritos por S. Leite (1953).

<sup>15</sup> Aqueles que ainda não eram professos de todos os votos da ordem.

<sup>16</sup> Como se observa numa carta do padre Leonardo do Vale, o 'padre volante', que atuava como um missionário ambulante no início da atividade dos jesuítas entre os autóctones. Dizia ele: "Ocupavam-se não só da catequese, mas em ter mui particular conta com o bem comum. Tanto que, por os Barbeiros serem idos ao Rio, lhes é necessário acudir a muitas necessidades extraordinárias como são sangrias de alguns necessitados, que, se os de casa não fossem morreriam à míngua; isto é comumente na escravaria, que como anda nua, ora com calmas, ora com frios, sempre tem necessidade. Também se provêem todos de cousas de Boticas e o mais que há desse Reino, de que se faz muita provisão, deixando de comer por causa dessas necessidades do que a gente se não pode aperceber por serem de alguns anos a esta parte os navios tão poucos na terra que, quando algum vem por maravilha desse Reino, quase não abrange a todos o que traz. E todo o tempo que em casa o há é forçado dar-se, porque não há outro remédio. De que todos se edificam e mostram grande conhecimento do grande cuidado que se tem com suas necessidades, assim espirituais como temporais" (Carta de Leonardo do Vale aos irmãos de Portugal, de São Vicente, 2 de junho de 1565, citado em S. Leite, 1953, p. 86).



governadores recrutados nos cepos mais altos da sociedade portuguesa e mais fiéis aos interesses da monarquia. E, frente a isso, os padres dividiram seus esforços entre os colégios nos dois Estados, catequizando, pregando, confessando e educando nativos e moradores portugueses no projeto de construção da nascente sociedade portuguesa na América. A própria estrutura administrativa da ordem na América lusa cindiu-se desde então: organizando-se a região norte como uma 'Vice-Província' no interior da Província do Brasil.

No interior desses núcleos, os padres organizaram também essas atividades em espaços próprios para a sua confecção, como as 'Boticas', lugar de produção e venda de medicamentos. Esses espaços não existiram ali nos primórdios da atividade da Companhia de Jesus, foram sendo construídos mais precisamente ao longo do século XVII e apresentaram-se como espaços de produção e venda de medicamentos, de onde tiravam maior sustento para a ordem e provinham os moradores das cidades. Por esse motivo, podemos dizer que a produção farmacêutica da Companhia de Jesus na América lusa pode ser avaliada a partir de dois pontos de observação precisos, a saber, a partir da compreensão desses processos no interior da prática missionária da ordem e, por outro lado, no interior de sua prática comunitária, junto aos moradores da sociedade luso-americana em formação. Este artigo é desenvolvido a partir deste segundo plano de observação.

De nossa parte, na sequência dos estudos sobre a medicina da Companhia de Jesus, que se notabilizaram pelas compilações descritivas de Serafim Leite, propomos aqui compreender a medicina jesuítica sem levar em

consideração a sua atividade missionária, ainda que esses processos pudessem ter tido impacto não pequeno nos saberes desenvolvidos por esses padres nos espaços e processos em questão. Nossa proposta é a de compreender as tradições farmacêuticas por eles desenvolvidas, tendo em mente, primeiramente, o impacto e a importância dessas atividades tanto para a manutenção da ordem jesuítica na América portuguesa quanto para o provimento dos moradores locais com produtos farmacêuticos.

O objetivo deste artigo, portanto, é estudar a construção do espaço das boticas e seus atores, analisando certos processos de especialização do saber entre os boticários jesuíticos pelas suas trajetórias e sua produção medicamentosa, precisamente no âmbito jurisdicional do 'Estado do Brasil'. Levando em consideração que, ainda que depois da vinda dos primeiros missionários, os jesuítas continuaram atuando nos aldeamentos, nos preocupamos essencialmente com o impacto dessas boticas para os próprios padres e para os moradores das cidades portuguesas da América. Deixamos a futuros pesquisadores que entabulem a relação destas boticas com as atividades missionárias destes eclesiásticos.

Assim sendo, pelo estudo dos "Catálogos trienais da Companhia", documentação administrativa da ordem que tinha por finalidade informar os gerais dos diferentes núcleos de atividades dispostos na América e dos diferentes indivíduos residentes em cada um desses espaços<sup>17</sup>, buscamos compreender quantas boticas existiam nos colégios da Companhia de Jesus, quem foram os boticários que ali trabalharam produzindo medicamentos, que tipo de

<sup>17</sup> Os documentos que aqui nomeamos de "Catálogos trienais" são listas manuscritas feitas pelos provinciais da Companhia de Jesus em diversas línguas – português, espanhol ou latim – e dirigidas aos Prepositos-Gerais em Roma, onde os superiores listavam, cronologicamente, cada um dos espaços da ordem e, por sua vez, o nome de cada padre que nestes espaços residia e sua função específica. Essa documentação tinha, claramente, uma função administrativa no interior da ordem, deixando os superiores romanos sempre cientes da disposição dos padres nos diferentes espaços para os quais esses padres se dirigiram ao redor do mundo. Os catálogos tinham a previsão de serem entregues de três em três anos, contudo, muitas vezes esses catálogos, essas listas, eram confeccionados anualmente e, outras vezes, ficavam de cinco a dez anos sem serem enviados; por conta disso, as informações dali tiradas podem ser, em alguns casos, muito precisas, mas, em outros, assaz lacunares. Esses documentos encontram-se guardados no *Archivum Romanum Societatis Iesu* (ARSI), em Roma, no fundo relativo à Província do Brasil, mais precisamente na seguinte localização: Bras. 5. I "Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae" (1556-1660); Bras. 5. II "Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae" (1661-1698) e Bras. 6. I e II "Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae" (1701-1757). Esta documentação possui uma grande relevância para o estudo biográfico-prosopográfico dos jesuítas na América portuguesa e de seus espaços de atuação.



medicamento foi ali confeccionado e, sobretudo, inventado e quais saberes foram apropriados nesse processo.

## AS PRIMEIRAS BOTICAS JESUÍTICAS DA AMÉRICA PORTUGUESA E SEUS BOTICÁRIOS

O que eram, precisamente, as 'Boticas' da Companhia de Jesus da América portuguesa? Como dissemos alhures, em outro trabalho<sup>18</sup>, muitos colégios jesuítcos destas geografias eram providos de espaços de produção e venda de remédios. Esses espaços situavam-se ao lado dos edifícios dos colégios e S. Leite (1953, p. 87) os descrevia da seguinte forma:

A Botica era constituída por uma sala e uma oficina; a loja ou farmácia propriamente dita, onde estavam os remédios à disposição do público, presidida por uma imagem, que habitualmente era a de Nossa Senhora da Saúde; e a oficina ou laboratório, onde se fabricavam os medicamentos.

Nesses espaços, portanto, os padres boticários incumbiam-se de 'produzir' e de 'vender ou distribuir' os medicamentos ali produzidos aos moradores daquelas localidades urbanas. Os padres boticários tinham, assim, esse duplo encargo: o de produtores e o de vendedores ou distribuidores de remédios. Isso para não falar de sua condição de conhecedores e inventores de produtos boticários. Mas, apesar das diversas afirmações generalizantes lançadas pela historiografia que se ocupou do tema, algumas perguntas, se já foram lançadas, ainda carecem de resposta. Entre estas, a questão de saber: 'Quando surgiram as boticas jesuíticas nas cidades da América portuguesa?'; 'Quais colégios jesuítcos possuíam dessas boticas?'. E ainda: 'Qual a importância financeira desses espaços de saber?'; 'Que tipo de saber de botica era ali empregado?'; 'Quais remédios eram ali produzidos e para que tipo de doença?'; 'Aqueles boticários jesuítas geraram alguma inovação farmacêutica, produziram algum remédio novo?', entre outras questões.

Tentaremos responder a algumas dessas perguntas. Antes de qualquer coisa, é importante averiguar a questão de saber quais colégios possuíam espaços reservados às boticas, desde quando e até quando essas farmácias funcionaram. Isso porque não é evidente que todos os núcleos colegiais da Companhia de Jesus possuísem boticas, como demonstraremos ao longo deste estudo.

Pelas informações contidas nos catálogos trienais, podemos afirmar que a primeira menção ao ofício de boticário exercido por um irmão coadjutor temporal da ordem faz-se presente somente a partir de 1670<sup>19</sup>. Em nenhum catálogo anterior referente ao 'Estado do Brasil' pudemos encontrar, listada, a menção a algum irmão boticário. A presença dessa função no catálogo aponta, muitíssimo provavelmente, tendo em vista a natureza das informações destes documentos, para a existência de um espaço preciso, já naqueles anos, no Colégio do Rio de Janeiro, destinado à produção/confecção e à venda de remédios.

Antes disso, como dissemos, fez-se menção, especialmente na obra de S. Leite (1953), à existência de irmãos boticários bem antes dessa data, já pelos idos do início do século XVII, como é o caso do já mencionado Manuel Tristão. A história das práticas desses irmãos é dispersa e pouco sistemática. Por exemplo, na primeira vez que o padre Tristão é mencionado nos catálogos, em 1621, ele não é descrito como boticário; sobre ele, diz-se somente que "... não faz nada de menos"<sup>20</sup>. Aquelas práticas, então, não constituíam um investimento institucional sistemático da ordem na América portuguesa. Isso porque, acreditamos, se eram úteis na conversão dos indígenas, ainda não serviam para gerar renda importante para o sustento e a ampliação das atividades dos jesuítas da Província do Brasil, o que provavelmente fala da inexistência de um lugar apropriado para essas práticas, da falta de uma racionalização daquele ofício no interior da Companhia de Jesus e da incumbência explícita de irmãos coadjutores voltados precisamente

<sup>18</sup> B. Leite (2013).

<sup>19</sup> "Catalogi breves et triennes Provinciae Brasiliae" (1661-1698, Brasiliae, 5. II, ff. 35).

<sup>20</sup> "Catalogi breves et triennes Provinciae Brasiliae" (1556-1660, Brasiliae, 5. I, ff. 126v).

para aquele tipo específico de atividades naqueles tempos anteriores a 1670. Racionalização e sistematização essas, reiteramos, que ganham sentido essencialmente interno: no objetivo de obtenção de recursos financeiros, mas não só, para a empresa jesuítica na América portuguesa.

Assim, de fato, o primeiro irmão boticário da Companhia de Jesus foi João de Oliveira, o qual atuava na botica do Colégio do Rio de Janeiro. Acreditamos que, com o explicitar, pela primeira vez nos catálogos, do encargo de 'boticário' (em latim *Pharmacopola*), faz-se alusão a uma função mais consolidada no interior das práticas institucionais da ordem e, além disso, de um espaço apropriado para exercê-la. Acreditamos que essa consolidação estivesse voltada para a sociedade portuguesa nos trópicos e tenha sido pensada em função do ganho financeiro ali adquirido. É possível supor, portanto, desde já, a existência, ali no Colégio do Rio de Janeiro, de um lugar de produção e venda de remédios, de uma botica.

Sobre o irmão João de Oliveira, S. Leite (1953, p. 228) nos informou que teria nascido na Ilha da Madeira em 1611, entrando na Companhia, em Pernambuco, em 1630. O irmão teria chegado ao Rio de Janeiro em 1641, com 30 anos, sendo enfermeiro de grande reputação, 'optimus'. Chegou a estar destinado para Pernambuco, mas ao fazer a viagem, não pôde passar da Bahia por causa da invasão dos batavos e, por isso, voltou-se, então, para o Rio de Janeiro, onde ficou até a sua morte. Quando da visita do padre José de Seixas em 1677, este classificara o irmão como um insigne boticário, *insignis pharmacopola*. Simão de Vasconcelos referiu-se a ele como 'Enfermeiro e boticário único' do Colégio do Rio de Janeiro. Faleceu ali no dia 13 (ou 14) de abril de 1680. Não possuímos, infelizmente, nenhuma informação adicional a respeito de sua atuação como boticário, nem nenhum escrito de seu punho<sup>21</sup>.

Depois dele, trabalharam ainda como boticários do Colégio do Rio de Janeiro os irmãos André Henriques (1638-1699), de 1683 a 1694, Inácio de Passos (1686-1732), de 1716 a 1732, Antônio Soares (1711-1739), em 1735, Benedito Gomes (1699-1760), de 1737 até 1745, e o irmão João Baptista (1719-1767), de 1746 a 1757. Nos anos de 1737, 1739 e 1743, o irmão Benedito Gomes contou com a ajuda de três assistentes, respectivamente, os irmãos Francisco Silva, José Freire e João Baptista<sup>22</sup>.

Essa continuidade da prática remete para, além disso, sua fixação no espaço e para o estabelecimento, naquele colégio, de uma produção medicamentosa alicerçada por uma certa tradição farmacêutica, o que também pode ser visto em outros estabelecimentos da ordem na América portuguesa. A indicação aos assistentes de boticários remete, por outro lado, à organização de práticas formativas, educacionais, no espaço das boticas desses colégios, à presença do que podemos chamar de 'escolas de cultura boticária', das quais falaremos mais adiante em pormenor.

A botica do Colégio do Rio de Janeiro, em 1706, provia de medicamentos as demais boticas da cidade e, segundo o testemunho do passageiro da fragata real de França, 'L'Aigle', o capitão Le Roux, não havia melhor na França<sup>23</sup>.

Nove anos depois, no Colégio da Bahia, podemos observar, ali também, a estruturação de um espaço de botica sob a direção de uma curiosa figura ainda pouco estudada: o irmão boticário André da Costa<sup>24</sup>.

André da Costa (1648-1712) era proveniente de Lyon, como o irmão Antônio da Costa (1647-1722), o qual trabalhava como encadernador e bibliotecário naquele colégio. Os dois eram, muito provavelmente, parentes, possivelmente irmãos, pois, além de serem provenientes da mesma localidade na França, tinham o

<sup>21</sup> Para biografia sumária de João de Oliveira, ver S. Leite (1953, pp. 228).

<sup>22</sup> "Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae" (1556-1660, Brasiliae, 5. I), "Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae" (1661-1698, Brasiliae, 5. II) e "Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae" (1701-1757, Brasiliae, 6, I e II).

<sup>23</sup> "Leur apothicairie est superbe, bien ornée et aussi bien entretenue, pourvue de toutes sortes de drogues, qu'aucune que nous ayons em France. C'est le magasin de tous les apothicaires de la ville". Relação anônima por um 'passageiro' de L'Aigle, fragata real de França, capitão Le Roux (Prado, 1940, pp. 21-22 citado em S. Leite 1953, pp. 14-15).

<sup>24</sup> "Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae" (1661-1698, Brasiliae, 5. II, ff. 42).

mesmo sobrenome e quase a mesma idade e entraram para a ordem na Bahia, um em 1676 e o outro em 1677.

O irmão André é descrito como um notável boticário e químico, *Optimus pharmacopola*, *Chimicus insignis*. Trabalhando sempre na Bahia, sabia latim, tendo sido cirurgião antes de entrar na Companhia. No manuscrito "Collecção de várias receitas e segredos particulares" (1766), onde acham-se compiladas muitas receitas de mezinhas inventadas nas boticas dos colégios jesuíticos da Assistência de Portugal, menciona-se dois remédios inventados pelo irmão francês. O primeiro deles é o 'Emplastro de tabaco do irmão André da Costa da botica do Colégio da Bahia', usado para 'desfazer tumores duros e internos', e o outro é a 'Triaga brasílica reformada', uma variação ainda mais potente do importante e famosíssimo remédio jesuítico, a 'Triaga brasílica', feito com muitos ingredientes nativos e com pedaços de jararacas<sup>25</sup>. Tal mezinha era muito usada na época como um 'contraveneno ou antídoto'<sup>26</sup>. Diz-se dele que reunia plantas medicinais das quintas e fazendas da Companhia, além de minerais que lhe pareciam úteis: mandando que se lhes buscassem às vezes bem longe, como no Estado do Maranhão. Como se refere o padre João Bettendorff, em sua "Chronica":

Não se deve passar aqui sob silêncio uma casta de pedra branca, que lasca a modo de talco e parece vidro, cuja mina se achou no tanque grande para banda do mato, uns seis ou sete passos afastados da vala, e do canto dela uns 20, pouco mais ou menos. Soube desse mineral o irmão André, boticário da baía, e mandou pedir algum para suas mezinhas (Bettendorff, 2010, p. 346).

No final do século XVII, o irmão da Costa caiu parálítico e viveu assim os seus anos restantes até falecer na Bahia, no dia 6 de maio de 1712<sup>27</sup>.

Depois dele, trabalharam como boticários do Colégio da Bahia os irmãos Manuel da Luz (1678-1735), em 1716, Antônio da Fonseca (1663-1734), em 1719, Francisco da Silva (1695-1763), de 1720 até 1722, Domingos Lemos (1694-1753), de 1732 até 1748, e, por fim, o irmão Antônio dos Santos (1733-1760), em 1757<sup>28</sup>. Como no Colégio do Rio de Janeiro, a botica do Colégio da Bahia também se fez escola, gerando os seus discípulos: no ano de 1719, o irmão Francisco da Silva deu seus primeiros passos no estudo do saber de botica, sob a supervisão do irmão Antônio da Fonseca. Nos anos de 1746 e 1748, o irmão Sebastião Teixeira apareceu como assistente do irmão Domingos Lemos.

A botica do Colégio da Bahia mostrou-se como a botica a mais bem estruturada de todos os colégios da América portuguesa, e em especial do 'Estado do Brasil', por sempre contar com irmãos boticários e com uma importante produção medicamentosa, que rendia fundos consideráveis para o colégio. No catálogo de 1694, a botica do Colégio da Bahia era descrita de maneira assaz destacada. No documento, é dito que "A botica é elegantemente elaborada e todos os tipos de medicamentos organizados por gênero, são acessíveis aos compradores, pagando-se inteiramente seu valor, e aos pobres, de forma gratuita, entre outras coisas" ("Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae", 1661-1698, Brasiliae, 5. II, f. 137)<sup>29</sup>.

No mesmo ano, a botica do Colégio do Rio de Janeiro era descrita de forma menos pomposa, mas como um espaço munido para a sua função. Dizia o relato: "Edifício amplo e cômodo, somente circundado por uma horta, com dois altares, botica, enfermaria e biblioteca suficientemente guarnecida" ("Catalogi breves et triennales

<sup>25</sup> A triaga europeia era, antes, feita com pedaços de víboras. Essa adaptação à fauna local mostra o esforço desses boticários em conhecer e empregar matérias-primas desconhecidas da tradição europeia.

<sup>26</sup> Um estudo mais detalhado da 'Triaga brasílica e do Paradigma da propriedade específica' pode ser lido no artigo de B. Leite (2012b).

<sup>27</sup> Para biografia sumária de André da Costa, ver S. Leite (1953, p. 147).

<sup>28</sup> "Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae" (1701-1757, Brasiliae, 6. I e II).

<sup>29</sup> "Pharmacopolium venustè elaboratum, et omni medicamentorum genere instructum, aequè emptoribus, pretio persoluto, ac gratis pauperibus patet. Quaestus qui ex eo percipitur sub perito Pharmacopola, vel in novo valetudinario aedificando, vel in aliquo templo ornatu quod adhuc laqueari caret, melius insumeretur, quam in alijs collegij sumptibus, aliunde ab eo faciendis" ("Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae", 1661-1698, Brasiliae, 5. II, f. 137).

Provinciae Brasiliae”, 1661-1698, Brasiliae, 5. II, f. 139v)<sup>30</sup>. Pela descrição, podemos pensar numa maior munificência da botica do Colégio da Bahia em relação àquela do Rio de Janeiro naquele período.

Além dessas duas boticas, a do Colégio de Olinda, por sua vez, passou a existir a partir de 1719. Seu primeiro boticário foi o irmão Manuel Gomes (1645-1720), natural de Landim, Portugal. Excelente sapateiro antes de entrar na ordem, no dia 2 de dezembro de 1682, Gomes ainda exerceu esse ofício no tempo em que começou a residir no Colégio da Bahia. Contudo, seus talentos o levaram a atuar como enfermeiro e boticário do Colégio de Olinda. Homem de poucas palavras e, como se dizia, muito amigo dos escravos, cujas feridas tratava com sentimento de ardente caridade, possuía em seu cubículo, além do estritamente necessário, um exemplar da “Imitação de Cristo” (Kempis, 1979)<sup>31</sup>, um crucifixo de pau e uma cabaça com sementes medicinais. Faleceu no Colégio de Olinda no dia 14 de janeiro de 1720<sup>32</sup>. Desse dia até a data da expulsão, esse Colégio contou com cinco boticários, funcionando regularmente e sem interrupções a partir de 1722.

Foram boticários da botica do Colégio de Olinda, o irmão – e futuro mestre – Domingos Lemos (1694-1753), em 1722, um outro irmão Manuel Gomes (1707-1736), esse natural de Guimarães, de 1732 a 1735, assim como os irmãos José de Passos (1715-1749), em 1737, Francisco da Silva (1695-1763), de 1738 até 1741, Manuel Diniz (1708-1780), de 1743 até 1748, e, por fim, João da Silva (1691-1768), em 1757<sup>33</sup>.

Na sequência, o Colégio de São Paulo passou a ter uma botica a partir de 1720. Nesse ano, o seu primeiro

boticário foi o irmão Pedro (ou Pietro) Natalini (1652-1728), originário de Roma<sup>34</sup>. Natalini entrou na Companhia de Jesus no dia 20 de novembro de 1675, com 23 anos, e embarcou de Lisboa para o Brasil em 1681. Havia sido enfermeiro da Casa do Noviciado e da Casa Professa de Roma (*Gesù*) e, na Bahia, continuou o mesmo ofício, sendo, ao mesmo tempo, ajudante do procurador e soto-ministro, antes de 1694. Em 1716, residia no Espírito Santo e, quatro anos depois, em 1720, aparecia no Colégio de São Paulo como boticário e ‘roupeiro’. Faleceu no mesmo colégio no dia 16 de outubro de 1728. Não há grandes informações sobre a sua atuação profissional, nem como enfermeiro nem como boticário. Contudo, uma coisa é certa, a prática de curar e tratar dos enfermos adotada pelo padre desde a sua residência em Roma o munuiu de saberes empíricos e teóricos importantes para a pesquisa dos remédios e sua confecção. É possível que tenha aprendido a fazer e a usar muitas mezinhas tradicionais nesse seu longo percurso profissional<sup>35</sup>.

Depois dele, foram boticários do Colégio de São Paulo os irmãos José de Passos (1715-1749), em 1732, Lourenço de Sousa (1697-1769), de 1735 a 1739, Domingos de Britto (1703-1764), em 1740, José Freire (1711-1760...), de 1741 a 1748, e Sebastião Teixeira (1709-1760...), no ano de 1757<sup>36</sup>. A botica de São Paulo funcionou ininterruptamente de 1720 até o ano de 1757.

Depois disso, o Colégio de Recife passou a ter um espaço de produção de medicamentos a partir de 1732, sob a gestão do irmão boticário Manuel Diniz (1708-1780...), originário de Seara (Braga), Portugal<sup>37</sup>. Segundo S. Leite (1953, pp. 162-163), Diniz teria entrado para a

<sup>30</sup> “Aedificium amplum, ac commodum, hortensi solo circumdatum, cum duobus sacellis, Pharmacopolio, Valetudinario et Bibliotheca satis instructis” (“Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae”, 1661-1698, Brasiliae, 5. II, f. 139v).

<sup>31</sup> Provavelmente um exemplar da obra “Imitatio Christi”, de Thomas de Kempis, publicada em fins do século XV, o que demonstra a presença de uma certa religiosidade pietista entre os membros de formação restrita da ordem.

<sup>32</sup> “Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae” (1701-1757, Brasiliae, 6. I e II, ff. 103v). Para biografia sumária de Manuel Gomes, ver S. Leite (1953, p. 185).

<sup>33</sup> “Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae” (1701-1757, Brasiliae, 6. I e II).

<sup>34</sup> “Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae” (1701-1757, Brasiliae, 6. I e II, ff. 31).

<sup>35</sup> Para biografia sumária de Pietro Natalini, ver S. Leite (1953, p. 221).

<sup>36</sup> “Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae” (1701-1757, Brasiliae, 6. I e II).

<sup>37</sup> “Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae” (1701-1757, Brasiliae, 6. I e II, ff. 162v).

Companhia no dia 24 de abril de 1729 e trabalhava como boticário já em 1732, sendo descrito, em 1736, como *bonus pharmacopola*. Tendo obtida a sua formação no Colégio da Bahia, trabalhava como boticário do Colégio de Recife, de 1732 até 1739, e depois, de novo, em 1757, fazendo da botica deste colégio, como nos diz S. Leite (1953, p. 163), “a mais famosa do Nordeste”. De sua atividade profissional, temos a confecção de um ‘Bálsamo para impigens’, composto de bálsamo fino do Brasil, flor de enxofre e vinagre, usado para doenças de pele. Depois da expulsão, em 1760, saiu exilado para Lisboa e para os Estados Pontifícios. Entre 1774 e 1780, viveu em Pesaro, Itália, falecendo ali, provavelmente pelos idos de 1783<sup>38</sup>.

Além do irmão Manuel Diniz, foram também boticários do Colégio de Recife os irmãos Manuel Coelho (1718-1777), boticário de 1740 a 1745, e depois, em 1748, e Antônio Gomes, em 1746<sup>39</sup>. A botica desse colégio funcionou ininterruptamente de 1732 a 1757.

Por fim, o Colégio de Santos e o Colégio e Seminário da Paraíba inauguraram suas boticas, respectivamente, em 1741 e 1757, assaz tardiamente na história da Companhia de Jesus. A botica do Colégio de Santos contou com o irmão Domingos de Brito (1703-1764) como seu primeiro boticário<sup>40</sup>, ficando na função somente neste ano. Brito era natural do Porto e entrou para a Companhia com 21 anos, na Bahia, no dia 9 de julho de 1724. Já tinha sido boticário no Colégio de São Paulo e mestre de meninos. Aparece na Bahia como ‘enfermeiro de escravos’, em 1743, na Aldeia de Guaraíras (Rio Grande do Norte) e na fazenda de Monjope (Pernambuco), em 1757. Estava no Colégio de Olinda quando da expulsão da ordem, sendo exilado

em 1760 do Recife para Lisboa e Roma. Faleceu no Palácio de Sora no dia 7 de setembro de 1764, sendo sepultado na Igreja do Gesù<sup>41</sup>.

Nos anos seguintes, de 1743 até 1757, não consta a presença de nenhum irmão nesta botica. Depois, então, em 1757, consta no catálogo a presença do irmão Benedito Gomes, que provavelmente teria ficado ali até 1760. Há um lapso importante no funcionamento desta botica, que ficara por volta de 14 anos sem boticários, o que pode sugerir um certo desarranjo ou desorganização dessas práticas naquele espaço do colégio em questão.

A botica do Colégio da Paraíba teve como primeiro e único boticário o irmão José Lopes (1731-1760...)<sup>42</sup>. Dele, diz-se somente que era natural de Leiria, Portugal, tendo entrado para a Companhia no dia 21 de agosto de 1754, e que, com a expulsão dos padres, teria sido levado para o Recife e ali permaneceu, provavelmente despindo-se do hábito de jesuíta<sup>43</sup>.

Seria necessário verter muita tinta para analisar, caso a caso, o papel e a importância desses irmãos na prática farmacêutica dos jesuítas na América lusa. Estes são os irmãos boticários descritos, em sua quase totalidade, pelos catálogos trienais da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e muitas de suas biografias acham-se narradas nas obras de S. Leite. Além das informações tiradas dos catálogos, S. Leite nos apresenta alguns outros boticários que compõem essa história da farmácia jesuítica e que não aparecem nos catálogos aqui analisados<sup>44</sup>. O Quadro 1 mostra todos os boticários que trabalharam nas boticas jesuíticas existentes na América portuguesa do Antigo Regime, a partir de 1670.

<sup>38</sup> Para biografia sumária de Manuel Diniz, ver S. Leite (1953, pp. 162-163).

<sup>39</sup> “Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae” (1701-1757, Brasiliae, 6. I e II).

<sup>40</sup> “Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae” (1701-1757, Brasiliae, 6. I e II, ff. 324v).

<sup>41</sup> Para biografia sumária de Domingos de Brito, ver S. Leite (1953, p. 136).

<sup>42</sup> “Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae” (1701-1757, Brasiliae, 6. I e II, ff. 400).

<sup>43</sup> Para biografia sumária de José Lopes, ver S. Leite (1953, p. 205).

<sup>44</sup> Além desses irmãos, S. Leite (1953) lista muitos outros na obra “Artes e ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)”, dos quais não há menção nos catálogos trienais. Aqueles que não encontramos menção nos catálogos como boticários são os irmãos Pedro Cunha (1581-1663), do Porto, Lourenço Álvares (1606-1668), de Braga, José Lourenço (1669-1708), de Moura, Manuel da Cruz (1664-1751), de Catanhede, Tomé Duarte (1701-1737), de Viseu, Domingos Pereira (1702-1759), do Porto, Caetano de Oliveira (1720-1747), de Coimbra, José Romão (1746-1750) e o padre Manuel da Fonseca (1734-1782), de Vilar.

Quadro 1. Lista dos irmãos que trabalharam como boticários nas boticas dos colégios jesuíticos da América portuguesa. Informações tiradas de “Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae” (1556-1660, Brasiliae, 5. I); “Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae” (1661-1698, Brasiliae, 5. II) e “Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae” (1701-1757, Brasiliae, 6. I e II).

(Continua)

Datas/ Locais	Colégio da Bahia	Colégio do Rio de Janeiro	Colégio de Pernambuco (Olinda)	Colégio de São Paulo	Colégio de Santos	Colégio de Recife	Colégio e Seminário da Paraíba
1621			Imão Manoel Tristão, <i>não faz nada de menos</i> (Ele aparecerá nos escritos de Purchas <sup>45</sup> como boticário e autor de receitas em 1625)				
1670		<b>Imão João de Oliveira [Joannes de Oliveira]<sup>46</sup>, formado como boticário<sup>47</sup></b>					
1671		Imão João de Oliveira, boticário					
1679	<b>Imão André da Costa [Andreas da Costa], francês de Lyon, 31 anos, boticário</b>						
1683	Imão André da Costa, boticário e químico insigne	Imão André Henriques [Andreas Henriques], da ilha da Madeira, 46 anos, boticário					
1692	Imão André da Costa, boticário	Imão André Henriques, boticário					
1694	Imão André da Costa, boticário	Imão André Henriques, boticário					
1716	Imão Manuel da Luz [Emmanuel à Luce], boticário	Imão Inácio de Passos [Ignatius de Passos], boticário					

<sup>45</sup> Citado em Abreu (1925).

<sup>46</sup> Os nomes dos boticários contidos na lista foram obtidos dos catálogos trienais da Companhia de Jesus. Colocamos, ao lado dos nomes portugueses, entre colchetes, nos casos em que as informações são dispostas em língua latina, a grafia naquela língua, porque acreditamos que isso possa auxiliar futuras pesquisas sobre os personagens aqui mencionados.

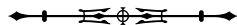
<sup>47</sup> Os nomes em negrito são os dos que foram os primeiros boticários em cada um dos colégios da Companhia de Jesus na América portuguesa.



Quadro 1.

(Continua)

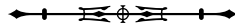
Datas/ Locais	Colégio da Bahia	Colégio do Rio de Janeiro	Colégio de Pernambuco (Olinda)	Colégio de São Paulo	Colégio de Santos	Colégio de Recife	Colégio e Seminário da Paraíba
1719	Irmão Antônio da Fonseca [Antonius a Fonseca], boticário; Irmão Francisco da Silva [Franciscus a Sylva], assistente do boticário	Irmão Inácio de Passos, boticário	<b>Irmão Manuel Gomes [Emmanuel Gomes], boticário</b>				
1720	Irmão Francisco da Silva, boticário	Irmão Inácio de Passos, boticário		<b>Irmão Pedro Natalini [Petrus Natalini], boticário e roupeiro</b>			
1722	Irmão Francisco da Silva, boticário	Irmão Inácio de Passos, boticário	Irmão Domingos Lemos [Dominicus Lemos], boticário e despenseiro	Irmão Pedro Natalini, enfermeiro e roupeiro			
1732	Irmão Domingos Lemos, boticário	Irmão Inácio de Passos, boticário	Irmão Manuel Gomes, boticário	Irmão José de Passos [Josephus de Passos], olindense, boticário		<b>Irmão Manuel Diniz [Emmanuel Diniz], boticário</b>	
1735	Irmão Domingos Lemos, boticário	Irmão Antônio Soares [Antonius Soares], boticário	Irmão Manuel Gomes, boticário, porteiro e enfermeiro	Irmão Lourenço de Sousa [Laurentius de Sousa], subministro, custódio, boticário, enfermeiro, roupeiro e porteiro		Irmão Manuel Diniz, boticário	
1737	Irmão Domingos Lemos, boticário	Irmão Benedito Gomes [Benedictus Gomes], boticário; Irmão Francisco da Silva, assistente do boticário	Irmão José de Passos, boticário, despenseiro e cozinheiro	Irmão Lourenço de Sousa, subministro, custódio, boticário, enfermeiro, roupeiro e porteiro		Irmão Manuel Diniz, boticário e enfermeiro	
1738	Irmão Domingos Lemos, boticário	Irmão Benedito Gomes, boticário	Irmão Francisco da Silva, boticário	Irmão Lourenço de Sousa, custódio, porteiro, boticário e enfermeiro		Irmão Manuel Diniz, boticário e enfermeiro do Colégio	
1739	Irmão Domingos Lemos, boticário	Irmão Benedito Gomes, boticário; Irmão José Freire [Josephus Freyre], assistente do boticário	Irmão Francisco da Silva, boticário	Irmão Lourenço de Sousa, custódio, porteiro, boticário e enfermeiro		Irmão Manuel Diniz, boticário e enfermeiro do Colégio	





Quadro 1. (Conclusão)

Datas/ Locais	Colégio da Bahia	Colégio do Rio de Janeiro	Colégio de Pernambuco (Olinda)	Colégio de São Paulo	Colégio de Santos	Colégio de Recife	Colégio e Seminário da Paraíba
1740	Irmão Domingos Lemos, boticário	Irmão Benedito Gomes, boticário	Irmão Francisco da Silva, boticário e porteiro	Irmão Domingos de Britto [Dominicus de Britto], boticário		Irmão Manuel Coelho [Emmanuel Coelho], boticário e enfermeiro do Colégio	
1741	Irmão Domingos Lemos, boticário	Irmão Benedito Gomes, boticário	Irmão Francisco da Silva, boticário	Irmão José Freire, boticário, custódio e enfermeiro	<b>Irmão Domingos de Britto, mestre de meninos, custódio, porteiro e boticário</b>	Irmão Manuel Coelho, boticário e enfermeiro do Colégio	
1743	Irmão Domingos Lemos, boticário	Irmão Benedito Gomes, boticário; Irmão João Batista [Joannes Baptista], assistente do boticário	Irmão Manuel Diniz, boticário	Irmão José Freire, boticário		Irmão Manuel Coelho, boticário	
1745	Irmão Domingos Lemos, boticário; Irmão Francisco da Silva, assistente do boticário	Irmão Benedito Gomes, boticário	Irmão Manuel Diniz, subministro, enfermeiro e boticário	Irmão José Freire, boticário, enfermeiro e roupeiro		Irmão Manuel Coelho, enfermeiro e boticário	
1746	Irmão Domingos Lemos, boticário; Irmão Sebastião Teixeira [Sebastianus Teixeira] e Irmão Francisco da Silva, assistentes do boticário	Irmão João Batista, boticário	Irmão Manuel Diniz, subministro, boticário e enfermeiro	Irmão José Freire, boticário e cuidador das demais coisas domésticas		Irmão Antônio Gomes [Antonius Gomes], boticário	
1748	Irmão Domingos Lemos, boticário; Irmão Sebastião Teixeira e Irmão Francisco da Silva, assistentes do boticário	Irmão João Batista, boticário	Irmão Manuel Diniz, boticário e enfermeiro	Irmão José Freire, boticário, enfermeiro e roupeiro		Irmão Manuel Coelho, boticário e enfermeiro	
1757	Irmão Antônio dos Santos [Antonius dos Santos], boticário	Irmão João Batista, boticário	Irmão João da Silva [Joannes da Sylva], boticário e enfermeiro do Colégio e dos "scrivorum"	Irmão Sebastião Teixeira, boticário e porteiro	Irmão Benedito Gomes, boticário e porteiro	Irmão Manuel Diniz, boticário e enfermeiro do Colégio	<b>Irmão José Lopes [Josephus Lopes], boticário e guardião das oficinas ou laboratórios</b>



Dito isso, de acordo com as informações dos catálogos trienais, o primeiro colégio jesuítico da América portuguesa a ter uma botica com um boticário encarregado da produção medicamentosa foi o Colégio do Rio de Janeiro, em 1670, seguido pelo Colégio da Bahia, nove anos depois; pelo de Olinda, em 1719; o de São Paulo, um ano depois; o de Recife, em 1732; o de Santos, em 1741; e, finalmente, o da Paraíba, em 1757<sup>48</sup>. Só havia espaços de produção e distribuição de medicamentos nesses sete colégios da Companhia de Jesus no 'Estado do Brasil'<sup>49</sup>. O Quadro 2 traz uma pequena descrição dos anos em que as boticas jesuíticas começaram a funcionar e de seus primeiros boticários.

Inicialmente, essas boticas tiveram grande importância no provimento da comunidade local, com os serviços farmacêuticos. Entretanto, com a sofisticação desses pequenos espaços de estudo e produção de remédios, as boticas tiveram notável expressão econômica para o provimento das despesas da própria ordem em suas atividades. Essa importância econômica das boticas jesuíticas foi o aspecto mais central, acreditamos, para a sistematização

Quadro 2. Lista do início do funcionamento das boticas de alguns colégios jesuíticos da América portuguesa e seus primeiros boticários.

<b>1670:</b>	<b>Rio de Janeiro:</b>	João de Oliveira
<b>1679:</b>	<b>Bahia:</b>	André da Costa
<b>1719:</b>	<b>Olinda:</b>	Manuel Gomes
<b>1720:</b>	<b>São Paulo:</b>	Pietro Natalini
<b>1732:</b>	<b>Recife:</b>	Manuel Diniz
<b>1741:</b>	<b>Santos:</b>	Domingos de Britto
<b>1757:</b>	<b>Paraíba:</b>	José Lopes

de tais práticas no interior dos colégios, isso porque, por mais que o rei proviesse alguns poucos colégios, como o da Bahia, o do Rio de Janeiro e o de Olinda, com recursos oriundos da obrigação do padroado, fazia-se necessário para as atividades que a ordem vinha implementando no espaço americano uma quantidade ainda maior de rendas, coisa que as boticas puderam, em parte, suprir.

## AS BOTICAS E A PROVISÃO MATERIAL DOS ESPAÇOS DA COMPANHIA DE JESUS NO 'ESTADO DO BRASIL'

A partir do século XVIII, há dados mais sólidos sobre o retorno financeiro gerado pelas boticas dos padres. Diante dessas informações, podemos estabelecer uma compreensão mais concreta da importância fazendária dessas farmácias no interior da economia jesuítica.

A primeira menção ao lucro gerado pela produção farmacêutica dos padres aparece no catálogo trienal de 1694<sup>50</sup>. Nele, fala-se unicamente do lucro da botica do Colégio da Bahia, o que sugere que aquela do Rio de Janeiro, apesar de mais antiga, não tinha uma produção relevante a ponto de ser descrita como produtora de rendas para aquele convento, o que, de certa forma, acrescenta argumentos para afirmarmos que a botica do Colégio da Bahia, apesar de mais recente, era mais bem consolidada do que aquela do Rio de Janeiro.

Naquele ano, a botica do Colégio da Bahia produziu muitos medicamentos e vendeu o equivalente a

<sup>48</sup> No 'Estado do Maranhão', o primeiro colégio a ter a sua botica própria foi o Colégio de Santo Alexandre, em Belém do Pará, em 1720, como podemos ver do documento transcrito por Martins (2009). Nos catálogos trienais, só há registro para boticários a partir de 1723, no Colégio do Maranhão. O padre Luís Pinheiro foi o primeiro boticário deste colégio. No caso do Colégio do Pará, esta informação somente aparece para o ano de 1724, sendo o seu primeiro boticário o padre Francisco de Gaya.

<sup>49</sup> O que contradiz a afirmação feita por nós em estudo anterior de que "Havia no Brasil, quando da expulsão dos jesuítas em 1759, 17 colégios da Companhia, o que nos remete para a existência, aproximada, de 15 a 17 boticas. Há notícias, nos documentos dos padres, de que existiram, sem dúvida, as boticas dos colégios da Bahia, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão e Pará. Contudo, é bem provável que todo colégio jesuíta do Brasil tivesse uma botica própria" (B. Leite, 2013, p. 72). Essa afirmação, como vemos aqui, não somente é imprecisa, como é também incorreta. Nem todos os colégios jesuíticos do Brasil eram munidos de espaços de produção e distribuição de mezinhas. Não nos aprofundaremos, neste trabalho, como já dissemos, no estudo das boticas dos colégios do Norte: Maranhão e Pará. Contudo, os Apêndices 1 e 2 trazem uma pequena listagem feita com base no estudo dos catálogos trienais com os poucos irmãos boticários que trabalharam nas boticas daqueles dois colégios. Esperamos que essas informações possam servir futuramente a outros pesquisadores interessados no estudo do tema em questão.

<sup>50</sup> "Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae" (1556-1660, Brasiliae, S. II, ff. 136-143).

400 escudos romanos<sup>51</sup>. Na relação da produção de medicamentos com a produção total do colégio (que envolvia, além do dote recebido pelo rei de Portugal pela obrigação de padroado, aluguéis de casas e prédios, venda de bois e de artigos de couro, venda de farinha de mandioca, de açúcar e de madeira extraída, além da renda da botica), esta representava precisamente 3,7% do lucro total ali obtido.

Em 1722<sup>52</sup>, época em que funcionavam, além das boticas jesuíticas carioca e baiana, aquela do Colégio de Olinda e a do de São Paulo; há maiores informações sobre a produção de algumas destas farmácias. Sobre a botica do Colégio da Bahia, as rendas produzidas pela venda dos medicamentos totalizavam 1.200 escudos romanos, o mesmo valor do dote recebido do rei por aquele colégio. Se hipoteticamente esse dote fosse revogado, os jesuítas poderiam, ainda assim, cobrir as despesas arcadas por aquela renda somente com o dinheiro de suas boticas. Essa renda da botica do Colégio da Bahia se apresentava como 9,2% de toda a renda produzida pelo colégio baiano naquele ano (13.000 escudos romanos).

Na botica do Colégio do Rio de Janeiro daquele ano, tirava-se da produção farmacêutica 600 escudos romanos. Este colégio recebia de dote do rei menos do que aquele da Bahia: somente 1.000 escudos. A renda dessa botica era de 3,9% do valor da produção total deste colégio (15.231 escudos romanos) e representava 60% do dote real.

Na botica do Colégio de Olinda, a produção era de 12,4% do total produzido neste colégio (2.424

escudos romanos). O valor adquirido com a venda de medicamentos pela botica de Olinda era de 300 escudos romanos e este recebia, como o Colégio do Rio de Janeiro, 1.000 escudos romanos de dote régio. Sendo assim, somente 30% do valor do dote. Apesar de a botica do Colégio de São Paulo já estar funcionando neste ano, não há nenhuma menção das rendas ali geradas pelas vendas de seus produtos: provavelmente aquela botica ainda não produzia medicamentos para serem comercializados. A produção total das três boticas dos padres naquele ano foi de 3.900 escudos romanos, valor bem maior do que o total pago pelo rei em dotes a esses colégios: 3.200 escudos romanos.

No ano de 1736<sup>53</sup>, há informação sobre as cinco boticas em funcionamento naquele período, mas os dados só são detalhados para a botica da Bahia, do Rio de Janeiro e de Olinda. Na botica da Bahia, da venda dos remédios produzidos, tirava-se ainda 1.200 escudos, 9,2% do total de 11.400 escudos romanos. Na do Rio de Janeiro, tirava-se sempre 600 escudos, 0,9% do total da produção do colégio (130.800 escudos romanos)<sup>54</sup>. Na de Olinda, tirava-se 300 escudos, 1,45% da produção total do colégio, de 20.704 escudos romanos<sup>55</sup>. O valor total adquirido neste ano pelas boticas do Rio de Janeiro, da Bahia e de Olinda foi de 2.100 escudos romanos.

No ano de 1739<sup>56</sup>, só é possível, mais uma vez, avaliar em detalhe a produção boticária dos colégios

<sup>51</sup> A contagem dos lucros da Companhia de Jesus era feita em escudos romanos (*Scuta Romana*) porque essas informações constavam em documentação administrativa da ordem que era constantemente enviada à Roma. Por isso, os provinciais do Brasil, ao contabilizarem as rendas dos colégios jesuítas, já dispunham dessas informações convertidas ao valor da moeda romana. O escudo romano (*écu romain*) era equivalente a 840 réis portugueses, de acordo com o "Diccionario universal das moedas assim metallicas como ficticias, imaginarias, ou de conta, e das de fructos, conchas, & C. que conhece na Europa, Asia, Africa, e Lisboa" (Ferreira, 1793). Por uma questão de praticidade, optamos por manter e avaliar os valores do modo como estes são dispostos na documentação, em escudos romanos, tendo em vista que o que nos é aqui relevante é, antes, a porcentagem da produção destas boticas nos colégios, e não seu valor absoluto.

<sup>52</sup> "Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae" (1701-1757, Brasiliae, 6. I, ff. 125-130).

<sup>53</sup> "Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae" (1701-1757, Brasiliae, 6. I. e II, ff. 230-233).

<sup>54</sup> É provável que tenha havido algum erro na descrição contida no catálogo manuscrito do valor total produzido pelo Colégio do Rio de Janeiro naquele ano, que deve ter sido, provavelmente, o de 13.080 escudos romanos, e não 130.800, tendo em vista as informações sobre as produções daquele colégio em documentos anteriores e posteriores. Contudo, na falta de maiores certezas, computamos o valor descrito, 130.800 escudos, como o valor total da produção do Colégio do Rio de Janeiro.

<sup>55</sup> É possível que tenha havido, também aqui, algum erro na descrição do valor total obtido pelo Colégio de Olinda, que, no geral, não ultrapassava a casa dos dois mil escudos romanos.

<sup>56</sup> "Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae" (1701-1757, Brasiliae, 6. I. e II, ff. 276-281v).

do Rio de Janeiro, da Bahia e de Recife: para a renda dos demais colégios, não há um detalhamento preciso da produção boticária. Naquele ano, a botica da Bahia produziu, mais uma vez, uma renda de 1.200 escudos baseada na venda das mezinhas, 9,7% do valor da produção total daquele colégio, 12.300 escudos romanos. E a botica do Rio de Janeiro tirou, como sempre, 600 escudos da produção de seus remédios, 3% do valor total da produção do colégio, 19.800 escudos romanos. Já a botica de Recife tirou 400 escudos. Não temos o valor total da renda produzida por este colégio neste ano para uma porcentagem da produção da botica. O valor total adquirido pelas boticas do Rio de Janeiro, da Bahia e de Recife naquele ano foi de 2.200 escudos romanos.

Em 1743<sup>57</sup>, época em que, além das cinco boticas referidas, funcionava também a botica do Colégio de Santos, há dados detalhados somente para as boticas do Rio de Janeiro, da Bahia, de Olinda e de Recife. A botica da Bahia, como de costume, tirou 1.200 escudos de sua produção, 9,7% do valor total das rendas daquele colégio. A do Rio de Janeiro tirou 600 escudos, 4,2% de sua produção total. A do de Olinda obteve 100 escudos, 6,7% de sua renda total. E, por fim, a botica do Colégio de Recife obteve 400 escudos, 20,3% do valor total de sua renda. Neste ano, apesar da produção farmacêutica do Colégio de Recife ser bastante inferior, em absoluto, daquela da Bahia, do ponto de vista relativo, foi a maior produção. Isso mostra que, nos anos 40 do século XVIII, a botica do Colégio de Recife tinha uma grande importância na economia daquele colégio. O valor total adquirido pelas quatro boticas jesuíticas do Rio de Janeiro, da Bahia, de Olinda e de Recife pela venda de suas mezinhas foi o de 2.300 escudos romanos.

Finalmente, o ano de 1757<sup>58</sup> é aquele em que a economia dos colégios da Companhia é descrita de forma

muito mais detalhada. Neste ano, funcionavam, no total, sete boticas inicianas, todas as já referidas mais aquela do Colégio e Seminário da Paraíba. E há informação detalhada para todas as boticas daquele ano, exceto para aquela, recentíssima, da Paraíba.

A farmácia do Colégio da Bahia produziu, então, sem variações, 1.200 escudos romanos, 5,3% do total produzido pelo colégio, 22.600 escudos romanos. A botica do Colégio do Rio de Janeiro obteve com as vendas de seus remédios 600 escudos, 2,5% do total ali produzido, 23.603 escudos romanos. A botica do Colégio de Olinda tirou 150 escudos, 7,3% de sua produção total, 2.050 escudos romanos. A botica do Colégio de Recife obteve 600 escudos, 19,4% de sua produção total, 3.094 escudos romanos, equiparando-se à botica do Rio de Janeiro quanto ao lucro absoluto. A botica do Colégio de São Paulo obteve 400 escudos, 36,6% de sua produção total, 1.092 escudos romanos. E, por fim, a botica do Colégio de Santos obteve 150 escudos, 14,3% de sua produção total, 1.050 escudos romanos.

Neste ano, o valor relativo da produção da botica do Colégio de São Paulo, como o daquela do Colégio de Recife, também mostrou ser de grande importância para aquele colégio, compondo-se como 36,6% de toda a sua produção. O valor total adquirido pelas sete boticas jesuíticas da América portuguesa naquele ano foi de 3.100 escudos romanos, quase o valor total adquirido pelo dote do padroado.

Diante desses dados, pode-se notar que havia certa constância na produção de mezinhas nas boticas dos colégios jesuíticos do 'Estado do Brasil'<sup>59</sup> e que essa produção gerava lucros importantes para aquela Província jesuítica: a botica do Colégio da Bahia era a que mais gerava lucros em absoluto, obtendo dela, em média, 1.200 escudos, sendo esses lucros, variavelmente, 5,3% da produção total daquele colégio. A botica do Colégio do Rio de Janeiro produzia, em média,

<sup>57</sup> "Catalogi breves et triennes Provinciae Brasiliae" (1701-1757, Brasiliae, 6. I. e II, ff. 335-340).

<sup>58</sup> "Catalogi breves et triennes Provinciae Brasiliae" (1701-1757, Brasiliae, 6. I. e II, ff. 436-443).

<sup>59</sup> Com exceção da botica do Colégio de Santos.

600 escudos, sendo estes 2,5% do total de sua produção econômica. A botica do Colégio de Recife gerava 600 escudos, sendo estes, relativamente, 19,4% da produção total do colégio. A botica do Colégio de São Paulo retirava, em absoluto, de sua produção 400 escudos, sendo isto, relativamente, 36,6% de sua produção total. A botica do Colégio de Olinda obtinha entre 100 e 150 escudos de sua produção farmacêutica, relativamente, 7,3% de sua produção econômica total. Por fim, A botica do Colégio de Santos adquiria 150 escudos, sendo estes, relativamente, 14,3% de sua produção total.

Essas informações apontam para a regularidade do funcionamento destas boticas e para a sua importância econômica<sup>60</sup> no sustento dos espaços de atuação da Companhia de Jesus na América portuguesa (colégios, residências, escolas, missões etc.). Tais boticas podem ser associadas às fazendas da Companhia de Jesus da Província do Brasil pela sua importância econômica. Essas farmácias, que acumulavam importante carga de saberes científicos, constituíam-se, portanto, em função dos lucros da ordem, mas não só: elas dirigiam-se também para o provimento dos moradores da sociedade luso-americana do período moderno. Era a nobreza local, o clero, os mercadores, os artesãos e outros grupos sociais aqueles que adquiriam os medicamentos fabricados pelos padres e que davam o retorno monetário à produção dos mesmos, ainda que parte dessa produção fosse escoada para os desvalidos, como os escravos, e empregada junto às populações indígenas das missões.

## INVENÇÕES BOTICÁRIAS NOS COLÉGIOS JESUÍTICOS DA AMÉRICA PORTUGUESA

Diante da análise da estrutura das boticas jesuíticas, de seus boticários e de sua importância econômica e formativa,

é importante avaliar seu papel inovador para o saber de botica da época pela análise precisa dos remédios inventados em alguns daqueles espaços de saber. Através do estudo do manuscrito “Collecção de várias receitas e segredos particulares” (1766)<sup>61</sup>, podemos ali observar a invenção de inúmeras novas receitas empregadas na sociedade luso-americana do Antigo Regime.

Nesta farmacopeia jesuítica, ocorre a descrição de algo em torno de 223 receitas medicamentosas produzidas e comercializadas pelos jesuítas da Assistência de Portugal. Algumas daquelas receitas eram tiradas de outros receituários correntes nas boticas europeias, outras, a grande parte, na verdade, eram invenções dos colégios portugueses, americanos e asiáticos da Companhia de Jesus daquela Assistência. Das 223 novas receitas dos colégios jesuíticos dispostos na jurisdição do Império português, 40 receitas eram oriundas do Colégio da Bahia, duas do Colégio do Rio de Janeiro e sete do Colégio de Recife<sup>62</sup>. Em todas essas 49 novas receitas americanas, para além de sua inusitada configuração substancial, podemos vislumbrar a presença evidente de muitos simples provenientes da natureza americana, os quais foram sendo amplamente conhecidos dos jesuítas, como dissemos, desde o seu contato com o meio e as populações locais, em 1549.

A historiadora Marques (2004) argumentou que as farmacopeias portuguesas tiveram um grande valor na apropriação de matéria-prima americana e na sua difusão na Europa. Contudo, muito antes das farmacopeias, os jesuítas, em suas cartas e documentos de botica, mostravam ter amplo conhecimento de muitos simples da América lusa. Desde o final do século XVI, muitos simples já eram conhecidos dos padres, como o caju, o ananás (abacaxi), o andá, a copaíba, a mandioca, a sapucaia, o jenipapo, a ipecacuanha, o jaborandi, a almecega-do-brasil, a caroba,

<sup>60</sup> A importância econômica das fazendas dos padres para a Província jesuítica em questão foi posta em relevo pela primeira vez na obra de Assunção (2004).

<sup>61</sup> Este documento também se encontra no *Archivum Romanum Societatis Iesu*, de Roma (Op. NN. 17).

<sup>62</sup> Essas muitas receitas inventadas e produzidas nas boticas dos colégios jesuíticos da Província do Brasil encontram-se descritas numa lista em que se pode ver o nome da mezinha, suas virtudes e seus usos nos Apêndices 1 e 2.

entre muitos outros<sup>63</sup>. Entretanto, esse saber ficou restrito ao interior da ordem; as informações circulavam somente entre aqueles padres, o que não nos impede de afirmar que a medicina indígena já tinha ganhado o mundo bem antes do século XVIII.

Para além do conhecimento dos simples, os irmãos jesuítas trouxeram ao espaço americano inúmeras formas filosóficas ou científicas de se apropriar do conhecimento natural. Trouxeram a cultura hipocrática e galênica, com forte influência árabe, dos médicos e boticários lusitanos,

além de uma ampla gama de novidades teóricas e práticas que vinham tendo impacto na cultura europeia do período moderno, desde o século XVII. Referimo-nos especialmente à cultura espagírica e à tradição química que vinham ganhando território na Europa católica desde o tempo em que muitos sábios, na sua maioria oriundos dos ambientes germânicos, vinham reabilitando não só as inovações de Paracelso, mas, com isso, todo o debate dos alquimistas medievais e da teoria química contida nos livros filosóficos<sup>64</sup>.

<sup>63</sup> Marques (2004) traça uma lista de alguns simples luso-americanos usados nas farmacopeias em uso em todo o território do império português, inclusive o americano. Eis a sua lista: "Salsaparrilha, Cajú, Ananás (Abacaxi), Andá, Anime (ou Goma anime), Copaíba ou Bálsamo de copaíba, Inhames, Caucamo, Contra-erva ou Pó de Contra-erva, Jabotapita, Abatua, abutua ou parreira brava, Erva longinosa, Jacoacanga, Jaçapucaio ou Sapucaia, Genipapo, Iparandiba, Ipecacuanha ou vinho de Ipecacuanha, Pau-Brasil, Mamanga, Manacá, Mangaba, Manobi, Mechoacão ou batata de purga, Ambreta, Angelim ou Andira, Canafistula, Goiaba, Jaborandi, Orelha de onça, Raiz de Cipó, Raiz de Mil Homens, Raiz de Tambuape, Extrato de córtice brasileiro, Jalapa ou electuário de Jalapa, Elemi ou Almecega do Brasil, Barbatimão, Espigelia, Erva santa ou Tabaco, etc.". Desta lista, já eram conhecidos dos jesuítas seiscentescos, e, em especial de José de Anchieta e Fernão Cardim, pela simples leitura de algumas de suas cartas de 1560, 1585 e 1590, os seguintes simples: o caju, o abacaxi, o andá, a copaíba, os muitos inhames, como a mandioca, a sapucaia, o jenipapo, a ipecacuanha, o pau-brasil, a mangaba, a canafistula, o jaborandi, a almecega-do-brasil e a erva santa ou tabaco. Além destas, o jesuíta Simão de Vasconcelos também deixava ver que conhecia muitos simples brasileiros, dentre os quais, ainda não presentes nas listas de Anchieta e Cardim, temos a jabotapita e a goiaba. Alguns desses simples relatados nas farmacopeias portuguesas eram também, já antes, empregados nas boticas dos inicianos da América portuguesa, segundo informações tiradas da "Collecção de várias receitas e segredos particulares" (1766): a salsaparrilha (botica de Recife e da Bahia), a jalapa (Bahia), a almecega-do-brasil (Bahia), a contra-erva (Bahia). Além destes, relativos à lista de Marques (2004), há ainda alguns não mencionados, como o cravo-do-maranhão, o bálsamo-do-brasil e os olhos de caranguejo, usados num bezoártico produzido na botica do Colégio de Recife. Esses caranguejos, provavelmente, foram tirados dos mangues de Pernambuco. Além disso, é possível também constatar neste documento que muitos destes simples americanos vinham sendo empregados como ingredientes das receitas de remédios produzidos nas boticas de colégios jesuíticos em Portugal e na Ásia portuguesa, como a quina, a contra-erva, o sassafraz, o bálsamo-do-brasil e a almecega-do-brasil. O corpo de saberes farmacêuticos dos jesuítas situados no espaço luso-americano era muito rico e diversificado, e havia causado um impacto evidente no modo de produzir mezinhas pelos irmãos coadjutores da Companhia de Jesus não só na América lusa, mas também em Portugal e na Ásia. Diante dessas informações, poucos são os simples novos elencados pelas farmacopeias setecentescas. cf. Anchieta (1988, pp. 113-153); Cardim (1925); Vasconcelos (1977).

<sup>64</sup> A história da química tem suas raízes na tradição do ocultismo e da alquimia tardo-medieval. O médico suíço Philippus Aureolus Theophrastus Bombastus von Hohenheim, dito Paracelso (1493-1541), se destaca nessa história por ter sido ele o primeiro médico a se apropriar do saber dos alquimistas, reinterpretando-o sob uma nova chave: para ele, a alquimia não deveria se basear na transmutação dos metais, como era o caso entre os alquimistas medievais, mas, antes, na transmutação das plantas para o uso da medicina. Essa modalidade alquímica foi denominada por seu autor de 'arte espagírica'. Ao tomar essa postura, Paracelso atacava frontalmente o conhecimento médico tradicional e, com ele, os preceitos de Hipócrates, Galeno e Avicena. Há mesmo uma anedota a seu respeito onde se narra que ele, quando fora professor da cátedra de medicina da Universidade de Basileia, pelos idos de 1527, queimou textos de Galeno e Avicena na frente de seus pupilos. A 'arte espagírica' paracelsista fazia da química um saber auxiliar da medicina e trazia para a cultura europeia um grande sopro de renovação. Seu impacto se deu, portanto, tanto no campo das práticas médicas, no dia a dia das boticas europeias, quanto no campo do pensamento, trazendo à tona a importância das práticas resolutivas (laboratoriais) para o conhecimento filosófico e, em especial, para o conhecimento médico. Entretanto, Paracelso viveu e morreu no contexto da reforma luterana e, desde o Cisma protestante, os intelectuais do campo católico sempre associaram a medicina do suíço a esta 'heresia': ele era conhecido à época como o 'Lutero da medicina', por seu espírito de rebelião e subversão dos valores tradicionais da medicina clássica. Isso explica, em parte, o motivo pelo qual Paracelso e seus sequazes demoraram a entrar nos ambientes ibéricos. Contudo, é preciso dizer que os historiadores somente procuraram traços da renovação do alemão nas obras de médicos do período; ainda resta observar se as novas práticas inauguradas pelo saber paracelsista se difundiram de algum modo pelas boticas contidas nos países católicos. Além disso, desde a primeira metade do século XVII, muitos médicos alemães, alguns deles presentes na corte imperial de Rodolfo II, tiveram a grande importância de reabilitar o debate do médico suíço para a cultura do mundo católico. Dentre esses intelectuais, destacam-se as figuras de Michael Meier (1568-1622), Daniel Sennert (1572-1637), Andrea Libávio (1550-1616) e Estêvão Rodrigues de Castro (1559-1638). Este último foi um médico cristão novo português que reformulou a teoria da matéria em voga, propondo, em 1621, uma nova doutrina fundamentada no atomismo antigo e que teve impacto não só no pensamento científico de Galileu Galilei, como também no do importante médico neerlandês Herman Boerhave. Para isso, Castro não deixou de conhecer e dialogar com a tradição paracelsista. cf. Pagel (1982); B. Leite (2012a).

Ao contrário do que postulam alguns historiadores, como, ainda, Marques (2004), ao afirmar que o conhecimento e a prática da química (arte espagírica) só teriam chegado em Portugal no século XVIII e, antes disso, no XVII, com algumas poucas alusões de alguns poucos autores, como Frei Manuel de Azevedo e Duarte Madeira Arrais, esses saberes e práticas já eram do conhecimento dos jesuítas portugueses<sup>65</sup>. No 'Estado do Brasil', o irmão André da Costa, como dissemos, conhecia a arte espagírica – os processos de tratamento químico dos simples – e se servia de um laboratório montado na botica do Colégio da Bahia para dissolver substâncias tiradas da natureza tropical e produzir novos medicamentos, como foi aquela versão reformada da 'Triaga Brasília' feita pelo referido irmão, que adicionava, à receita de base, óleos e sais químicos e alguns dos ingredientes contidos no seu emplastro de tabaco, como o "sumo de tabaco verde e a goma amoníaca depurada")<sup>66</sup>. Esses saberes espagíricos, portanto, já eram empregados e conhecidos no Império português, em Portugal e na América portuguesa, muito antes do século XVIII e da difusão da química médica nos tratados publicados em Portugal<sup>67</sup>.

Dito isto, vemos que os maiores centros científicos, relativos à cultura de botica ou à farmácia, da Companhia de Jesus na América portuguesa foram: a botica do Colégio da Bahia, a do Colégio de Recife, a do Colégio do Rio de Janeiro e a do Colégio de Olinda. Para além dos lucros gerados por essas boticas, essas quatro mencionadas tiveram um papel inovador, pelo fato de produzirem amplo conhecimento sobre a natureza local e de empregarem métodos de produção medicamentosa muito recentemente adotados nas mais importantes boticas europeias. A cultura boticária dos padres da Província do Brasil bebia dos mais recentes debates científicos travados na Europa e se servia dos produtos tropicais para confecção de medicamentos, gerando inovação que provavelmente será notada e terá impacto, inclusive no Velho Mundo, o que se pode conjecturar pela persistência desses saberes no documento jesuítico de 1766. Mas isso ainda carece de maiores estudos e reflexões.

### **ESCOLAS DE BOTICA DA COMPANHIA DE JESUS DO 'ESTADO DO BRASIL' NO SÉCULO XVIII**

Essas boticas onde atuavam exímios boticários fazendo convergir saberes europeus e americanos não só

<sup>65</sup> Diz Marques (2004): "Primeiramente, vale lembrar que a medicina portuguesa no Renascimento era basicamente galênica, com influência árabe; as noções de medicamentos quentes e frios, úmidos e secos, inspiradas na filosofia de Aristóteles, persistiam, prevalecendo ainda a teoria dos humores. Paracelso fora praticamente ignorado em terras lusitanas, havendo grande desconhecimento dos remédios químicos. Poucas obras trataram, no século XVII, de química e de seus produtos. Sousa Dias menciona Frei Manuel de Azevedo e Madeira Arraes como propagadores dos medicamentos químicos, no Portugal do Seiscentos. Ouro e antimônio eram empregados, restritamente, sob a forma de óleos e pós, pois a comunidade médica portuguesa continuava vendo com maus olhos o antimônio". Essa afirmação, para além da questão da data da presença dessas práticas em Portugal, traz à tona uma importante questão: nem sempre a menção direta a um ou outro autor numa obra escrita pode servir de argumentação, em absoluto, para afirmarmos a sua difusão em determinada cultura. Muitos filósofos portugueses, e alguns deles jesuítas, ao enfrentarem o problema da composição da matéria (teoria da matéria), apesar de não mencionarem explicitamente o nome do médico suíço, já tinham forte conhecimento de seus esforços teóricos, como é o caso do jesuíta Francisco Soares Lusitano, que propôs uma teoria corpuscular (não atomista) para a matéria em meados do século XVII. Apesar de Soares não mencionar o nome de Paracelso, ele faz referência direta de sua teoria dos três elementos ('Tria prima') em "Cursus philosophicus", de 1651 (citado em Carolino, 2015, p. 18).

<sup>66</sup> Como o "... óleo químico de casca de laranja, de sassafrás, de Pindaíba, de Erva doce, de Funcho, de Canela, de Salva e de cascas de limões, o sal hercúleo e os sais químicos de cravo, de canela, de Alecrim, de Tabaco, de Caroba, de Chicória, de Borragens, de Pindaíba, de Arruda e de Cardo santo". André da Costa empregava plantas e ervas nativas na sua prática laboratorial, química. Dissolvia, fazia infusões e outras muitas operações com simples e matéria-prima local. Sua prática nos remete mesmo para a 'arte espagírica', de Paracelso, mas feita com ingredientes nativos. É todo um novo conhecimento que desabrocha daquele laboratório jesuítico (Collecção de várias receitas e segredos particulares, 1766, Op. NN. 17, f. 403-404).

<sup>67</sup> Remetemos essa reflexão à outra, mais antiga, mas ainda bastante atual, proposta por Andrade (1946), no seu estudo sobre o impacto do saber dos oratorianos diante da constatação, feita por ele próprio, de uma ampla circulação de novidades filosóficas e científicas no seio da antiga Companhia de Jesus em Portugal no período moderno.



acumularam os saberes e os utilizaram na produção de mezinhas, como também serviram como locais de estudo e formação de futuros boticários. Como dissemos, em muitas boticas dos colégios notamos a presença não só de boticários (*pharmacopola*), mas também de assistentes de boticário, o que nos remete para a presença de um sistema de reprodução de saberes farmacêuticos no interior das farmácias desses colégios jesuíticos da América portuguesa e, em especial, aquelas do 'Estado do Brasil'.

Como era praxe no aprendizado dos ofícios manuais à época, a difusão do conhecimento era feita com base na relação entre 'mestre e discípulo': os aspirantes a algum saber manual colocavam-se à disposição do mestre, enquanto ajudante, sócio ou assistente em suas oficinas. Esse modelo de aprendizado pela prática e pela sujeição a uma figura mais experiente, um 'mestre', era corrente nas oficinas europeias e fincou-se na América lusa pela ação dos portugueses e, quiçá, dos jesuítas.

Constatamos a presença de assistentes de botica no período em que foram boticários, no Colégio do Rio de Janeiro, o irmão Benedito (ou Bento) Gomes, de 1737 a 1745, e, no Colégio da Bahia, os irmãos Antônio da Fonseca, em 1719, e Domingos Lemos, de 1732 a 1748, sendo esses três os boticários encarregados da farmácia da formação dos assistentes sob sua guia.

O primeiro assistente aparece em 1719 na botica do Colégio da Bahia, sob a supervisão, somente naquele ano, do irmão Antônio da Fonseca. Seu assistente foi o irmão Francisco da Silva. Depois de Fonseca, no Colégio do Rio de Janeiro, em 1737, o irmão Domingos de Lemos formou o mesmo irmão Francisco da Silva, em 1739, o irmão José Freire e, em 1743, o irmão João Baptista. Depois de Lemos, de novo no Colégio da Bahia, o irmão Domingos Lemos

formou o irmão Francisco da Silva, de 1745 a 1748, e o irmão Sebastião Teixeira, de 1746 a 1748.

Para melhor averiguarmos esse sistema difusor de saberes, convém analisar as trajetórias profissionais dos quatro irmãos que foram assistentes de boticário e puderam, com essa formação obtida pela prática, gerir, eles próprios, diferentes boticas, situadas nos mais variados colégios da América portuguesa. Disso, tiraremos, inclusive, informações sobre os mestres boticários já levantados.

Começamos inicialmente analisando os passos formativos do exímio irmão boticário Francisco da Silva<sup>68</sup>, que iniciou seu ofício, como dissemos, em 1719, como assistente do irmão Antônio da Fonseca, boticário do Colégio da Bahia. Em 1720-1722, Francisco da Silva atuava como boticário do Colégio em que havia aprendido o ofício. Em 1737, dezessete anos depois, ele torna-se novamente 'assistente' do irmão boticário Benedito Gomes, na botica do Colégio do Rio de Janeiro. Talvez essa ida do irmão Silva à botica do Colégio do Rio de Janeiro como 'discípulo' dissesse respeito aos saberes ali acumulados, alguns dos quais eram possivelmente inexistentes na botica de Salvador. É provável que houvesse um 'saber regional', baseado no conhecimento dos simples de cada uma daquelas localidades, acumulado por cada uma dessas boticas com base nos diferentes biomas com os quais os padres tinham contato em cada uma dessas regiões onde se situavam os colégios<sup>69</sup>.

Depois disso, de 1738 a 1741, ele aparecia na documentação jesuítica como boticário do Colégio de Olinda. Ali, o irmão Silva devia dispor de grande autoridade e importância: levando saberes da Bahia e do Rio de Janeiro para o ambiente pernambucano. De 1745 a 1748, Francisco da Silva voltou ao Colégio da Bahia para complementar ainda mais a sua formação

<sup>68</sup> cf. S. Leite (1953, pp. 261-262).

<sup>69</sup> Seria interessante confeccionar um estudo em que as matérias-primas (fauna, flora e minérios) empregadas nas mezinhas desses boticários fossem estudadas à luz de sua disposição geográfica, de modo a refletir sobre que tipo de simples era acessível a cada uma das boticas situadas nessas diferentes regiões, nesses diferentes biomas. Isso permitiria observar a existência, ou não, de uma 'geografia dos simples' e associar a especificidade da produção de cada botica a essas disponibilidades.

boticária como assistente do mestre Domingos Lemos. Francisco da Silva transitou, portanto, como 'discípulo', pelas escolas de Antônio da Fonseca (Bahia), de Benedito Gomes (Rio de Janeiro) e de Domingos Lemos (Bahia), tendo adquirido, provavelmente, grande quantidade de saberes farmacêuticos em sua trajetória. Talvez fosse ele o boticário mais bem formado da Companhia de Jesus na América portuguesa, com maior experiência prática e maior conhecimento da natureza local.

Pode-se argumentar essa afirmação pela observação de muitas mezinhas inventadas pelo irmão Francisco da Silva no documento "Collecção de várias receitas e segredos particulares" (1766): naquela importante farmacopeia da Companhia, este irmão era bastante referido, por ser o inventor, precisamente, de 13 remédios empregados para as mais diversas moléstias. De todos os boticários da Província do Brasil, ele era aquele que mais havia inventado medicamentos e que mais havia circulado entre as boticas luso-americanas como assistente de muitos mestres boticários.

Outro irmão que tem uma trajetória importante de ser lembrada é José Freire<sup>70</sup>: tendo começado a sua formação como assistente do irmão boticário Benedito Gomes no Rio de Janeiro, em 1739, trabalhou como boticário, 'custódio, roupeiro, cuidador das demais coisas domésticas e enfermeiro' no Colégio de São Paulo, de 1741 até 1748. Há aqui, também nesse caso, uma transferência de saberes da botica do Colégio do Rio de Janeiro para aquela do Colégio de São Paulo, onde a escola de Benedito Gomes (Rio de Janeiro) provavelmente teria feito tradição.

Outra trajetória memorável é a do irmão boticário João Baptista<sup>71</sup>, originário do Piemonte. Ele começou seu aprendizado, assim como José Freire, na botica de Benedito Gomes, no Rio de Janeiro, em 1743. Depois, nos anos de 1746, 1748 e 1757, trabalhou como boticário daquele mesmo colégio onde principiou seu ofício. Neste caso, não há, como nos dois casos ora mencionados, um processo

de circulação regional (interna) de saberes no seio dos colégios da Companhia de Jesus. Esse irmão, como Freire, fez a sua formação na botica carioca e ali permaneceu como seu operador.

Finalmente, a trajetória do irmão Sebastião Teixeira<sup>72</sup> atesta para a circulação de saberes de botica numa direção inversa. Tendo começado sua formação boticária em 1746 e 1748, sob a supervisão do irmão boticário Domingos Lemos na botica do Colégio da Bahia, o irmão Teixeira passou a exercer seu ofício como boticário e 'porteiro' no Colégio de São Paulo. Isso atesta para uma circulação de saberes da Bahia para São Paulo e para uma certa concentração, naquele colégio, de conhecimentos oriundos dessas duas tradições boticárias da Companhia de Jesus. Isso se for possível falar em 'duas' tradições, coisa ainda a ser averiguada e avaliada em pormenor, com base em documentação mais detalhada e no estudo destes protagonistas aqui tratados. Assim sendo, Teixeira era discípulo da escola de Domingos Lemos (Bahia).

Destas trajetórias formativas, podemos conjecturar a existência nesses espaços de três mestres boticários, a saber, o mestre Antônio da Fonseca e o mestre Domingos Lemos, ambos da botica do Colégio da Bahia, e o mestre Benedito Gomes, da botica do Colégio do Rio de Janeiro. Destes três *caposcuola*, o discípulo que mais se beneficiou dos conhecimentos adquiridos e transmitidos nesses centros de formação foi o irmão Francisco da Silva, que atuou como assistente desses três grandes boticários jesuítas.

O que foi transmitido dos saberes indígenas ou conhecimentos locais e das tradições médicas europeias, como aquelas tradicionais e aquelas espagíricas, das quais fizemos alusão no ponto anterior? Para avaliar essa questão, somente contamos com documentação produzida por um dos atores dessa narrativa: o assistente de boticário e boticário Francisco da Silva. Não há nenhum documento produzido pelos mestres boticários, nem pelos demais discípulos.

<sup>70</sup> cf. S. Leite (1953, p. 181).

<sup>71</sup> cf. S. Leite (1953, pp. 126-127).

<sup>72</sup> cf. S. Leite (1953, pp. 269-270).

Pelo estudo das mezinhas de autoria do irmão Francisco da Silva, descritas na “Collecção de várias receitas e segredos particulares” (1766), podemos observar que havia, em muitas delas, a presença de ingredientes locais, como era o caso da jalapa, da bicuíba e do bálsamo-do-brasil. Havia muitas plantas provenientes da Ásia em suas fórmulas, como as coloquintidas, o ópio e o açafão. Sobre os conhecimentos químicos aplicados pelo padre André da Costa no Colégio da Bahia, seu uso foi tão difundido que a fórmula ainda persiste na coletânea de receitas manuscrita dos padres de 1766. Além disso, nota-se, entre as receitas do irmão Silva, a presença de uma fórmula medicamentosa usada para purga; a receita da *Hercules infans* era composta por tártaro emético, sal policresto e pedra bazar ou bezoar. Os dois primeiros ingredientes provinham da tradição química: o tártaro era uma substância formada, entre outras coisas, por sais calcários, já o sal policresto era tido por alguns historiadores como o sulfato de potássio.

## CONCLUSÃO

A arte farmacêutica foi empregada pelos jesuítas desde sua chegada na América. Os missionários da ordem entraram em contato com inúmeros saberes da terra através do encontro com a cultura dos nativos e pelo estudo da natureza local. Contudo, até 1670, essas iniciativas, talvez mais ligadas ao esforço missionário dos padres, não eram usadas pelos mesmos como fontes de renda, nem possuíam, por isso, um caráter mais sistemático e racional, não sendo uma prática relevante para a sociedade luso-americana da época.

Antes mesmo de 1670, como dissemos, o esforço dos padres voltou-se também para os moradores portugueses e filhos de portugueses das vilas e cidades destes trópicos. E, diante disso, os padres não só vislumbraram uma oportunidade para adquirirem maiores recursos para as suas atividades, pela venda de seus produtos, como para melhor prover aquela sociedade com serviços inexistentes, pela falta de mão de obra capacitada.

A partir de 1670, com a criação da botica do Colégio do Rio de Janeiro, os jesuítas passaram a organizar melhor essas práticas, tendo em vista a formação 'humilde' dos noviços e o provimento daquela sociedade portuguesa com medicamentos. Depois dessa experiência no Rio de Janeiro e na Bahia, os colégios de Olinda, de São Paulo, de Recife, de Santos e da Paraíba seguiram o mesmo exemplo, constituindo em seus espaços lugares de saber farmacêuticos onde eram produzidos, vendidos e doados remédios para os indivíduos e as famílias daquela sociedade. Esses espaços foram muito importantes para a renda de cada um desses colégios, ajudaram a sustentar ainda mais as outras práticas da Companhia de Jesus junto às sociedades indígenas e aos moradores europeus, e constituíram-se como centros de saber farmacêutico da ordem religiosa no seio da nascente sociedade luso-americana.

O retorno econômico obtido naquelas 'fábricas de remédios' facilitou o maior investimento da Companhia de Jesus em suas atividades – manutenção de maior número de padres, investimento em atividades escolares, missões, entre outras atividades –, mas também permitiu que a ordem desenvolvesse ainda mais aquelas fontes de riqueza, como o foram as boticas dos padres.

As invenções farmacológicas dos jesuítas, acreditamos, apontam para um investimento não só financeiro, mas também na formação de padres boticários e na organização cada vez maior daqueles espaços, provendo-os com matérias-primas, bibliotecas e utensílios de fabrico de mezinhas. O caso da botica do Colégio de Recife é aqui paradigmático: tendo em vista que, apesar de não gerar inicialmente tantas rendas em absoluto, como gerou o laboratório da Bahia, pôs-se em pé de igualdade com a botica do Rio de Janeiro, não só pelo retorno financeiro obtido, mas também pela quantidade de inovações boticárias ali produzidas. Isso sem falar da importância econômica relativa da produção daquela botica para o Colégio de Recife. As descobertas e as invenções destes padres apontam para a complexificação cada vez maior dessa estrutura jesuítica na América lusa.

Além disso, os jesuítas tiveram grande importância na apropriação de saberes locais, pelo contato com a natureza americana e com os povos nativos. E esses saberes não foram unicamente empregados nas estratégias de conversão dos indígenas, mas também na construção de um saber farmacêutico adequado às necessidades locais, o qual derivava de uma cultura reinol, europeia, de cariz galênico, mas com grandes impactos dos debates os mais recentes travados na Europa, como o foi o do saber espagírico, que dirigiu a prática do importante boticário do Colégio da Bahia, André da Costa. Sua atuação enquanto boticário não só serviu para o desenvolvimento e a afirmação do uso de teorias e procedimentos oriundos do Velho Mundo, como permitiu ressignificar as tradições dali oriundas pelo uso das matérias-primas locais, produzindo, assim, um saber de botica todo particular e que, muito possivelmente, teve impacto na tradição farmacológica portuguesa e europeia.

Esses saberes não ficaram só na posse de alguns padres farmacêuticos, foram ensinados, a partir do século XVIII, nas boticas a outros irmãos que atuavam como assistentes dos mestres boticários, perpetuando aqueles saberes no interior da ordem não só na América portuguesa, mas em toda a 'Assistência de Portugal'.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos imensamente ao colega Carlos Alberto de Moura Zeron, por nos ter disponibilizado a documentação do *Archivum Romanum Societatis Iesu* (ARSI), em Roma, sem a qual não poderíamos ter concluído este estudo.

## REFERÊNCIAS

- Abreu, C. (1925). Introdução. In F. Cardim. *Tratados da terra e gente do Brasil. Introduções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia* (pp. 149-160). Editores J. Leite e Cia.
- Anchieta, J. (1988). *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Itatiaia.
- Andrade, A. A. B. (1946). *Vernei e a filosofia portuguesa*. Livraria Cruz.
- Assunção, P. (2004). *Negócios jesuítos: O cotidiano da administração dos bens divinos*. Edusp.
- Bettendorff, J. F. (2010). *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Senado Federal.
- Cardim, F. (1925). *Tratados da terra e gente do Brasil. Introduções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia* (2nd. ed.). J. Leite & Cia.
- Carolino, L. M. (2015). Mixtures, material substances and corpuscles in the Early Modern Aristotelian Thomistic tradition: The case of Francisco Soares Lusitano (1605-1659). *Journal of Early Modern Studies*, 4(1), 9-27. <https://doi.org/10.5840/jems2015411>
- Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae. (1556-1660). (Brasiliae, 5. I). Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma.
- Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae. (1661-1698). (Brasiliae, 5. II). Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma.
- Catalogi breves et triennales Provinciae Brasiliae. (1701-1757). (Brasiliae, 6. I e II). Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma.
- Collecção de várias receitas e segredos particulares. (1766). (Op. NN. 17). Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma.
- Consultas de Pernambuco. (n.d.). (Cód. 265). Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal.
- Cosentino, F. C. (2009). *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVIII): Ofícios, regimentos, governação e trajetórias*. Annablume.
- Eisenberg, J. (2000). *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: Encontros culturais, aventuras teóricas*. Editora UFMG.
- Ferreira, S. T. (1793). *Diccionario universal das moedas assim metallicas como ficticias, imaginarias, ou de conta, e das de fructos, conchas, & C. que conhece na Europa, Asia, Africa, e Lisboa*. Lisboa Off.
- Fleck, E. C. D., & Poletto, R. (2012). Circulação e produção de saberes e práticas científicas na América meridional no século XVIII: Uma análise do manuscrito *Materia medica* missioneira de Pedro Montenegro (1710). *História Ciências, Saúde Manguinhos*, 19(4), 1121-1138. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702012000400002>
- Jedin, H. (1995). *Reforma Cattolica o Controriforma?* Morcelliana.
- Kempis, T. (1979). *Imitação de Cristo*. Tradução de Paulo Matos Peixoto. Paumape.
- Leite, B. M. B. (2012a). *Lire le livre du corps par le livre du monde: Essai sur la vie, philosophie et médecine de Estêvão Rodrigues de Castro (1559-1638)* [Tese de doutorado, Instituto Universitário Europeo].



- Leite, B. M. B. (2012b, setembro 3-6). Mezinhas antigas e modernas: A invenção da Triaga Brasília pelos jesuítas do Colégio da Bahia no período colonial. *13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, São Paulo. [https://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1345053666\\_ARQUIVO\\_Mezinhasantigasemodernas.pdf](https://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1345053666_ARQUIVO_Mezinhasantigasemodernas.pdf)
- Leite, B. M. B. (2013). Verdes que em vosso tempo se mostrou: Das boticas jesuíticas da província do Brasil, séculos XVII-XVIII. In L. Kury (Org.), *Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI-XIX* (pp. 52-93). Andrea Jakobsson Estúdio.
- Leite, B. M. B. (2020). Fábrica de intelectuais: O ensino das artes nos colégios jesuítas do Brasil, 1572-1759. *Revista de História Unisinos*, 24(1), 21-33.
- Leite, S. (1938-1950). *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Toms. VIII-IX). Livraria Portugália.
- Leite, S. (1953). *Artes e ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Brotéria.
- Manifesto que o Doutor João Curvo Semmedo, médico morador de Lisboa, faz aos amantes da saúde, e attentos às suas consciências. (1706). Valentim da Costa Deslande.
- Marques, V. R. B. (2004, Junho). As medicinas indígenas ganham o mundo nas páginas das farmacopeias portuguesas dos Setecentos. *IX Encontro Regional de História*, Ponta Grossa.
- Martins, R. M. (2009). O manuscrito do Catálogo do Colégio Jesuítico de Santo Alexandre em Belém do Grão-Pará (1720) da coleção Lamego do arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). *Revista IEB*, (49), 144-148. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i49p183-204>
- Montenegro, P. (1710). *Materia medica missioneira*. [Manuscrito].
- Nemésio, V. (1954). *O campo de São Paulo: A Companhia de Jesus e o plano português do Brasil*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pagel, W. (1982). *Paracelsus: An introduction to philosophical medicine in the era of the renaissance*. Karger Medical and Scientific Publishers.
- Prado, E. (1940). *Collectaneas* (Vol. I). Escola Typ. Salesiana
- Prodi, P. (1982). *Il sovrano pontefice – un corpo e due anime: La monarchia papale nella prima età moderna*. Il Mulino.
- Prosperi, A. (2001). *Il Concilio di Trento: Una introduzione storica*. Einaudi.
- Purchas, S. (1625-1626). *Purchas his pilgrimage or Relations of the world... in foure parts*. William Stansby for Henrie Fetherstone
- Vasconcelos, S. (1977). *Crônica da Companhia de Jesus* (Vols. 2). Vozes.

Apêndice 1. Lista das mezinhas inventadas nas boticas dos colégios do 'Estado do Brasil', com base no documento "Collecção de várias receitas e segredos particulares" (1766) (ARSI, Op. NN. 17). (Continua)

Mezinhas inventadas e/ou produzidas na botica do Colégio da Bahia	Virtudes e usos
<i>Âmbar concertado da botica do Colégio da Bahia</i>	Desfaz a melancolia, restabelece as forças perdidas, é excelente contra veneno, útil no tempo da peste, provoca o seme, excita os vapores 'estericos' e, por esta causa, não se deve dar a mulheres.
<i>Agoa de canella da botica do Colégio da Bahia</i>	Serve para fortificar o estômago, a cabeça e o coração, ajuda a digestão, expulsa os flatos e ventosidades, excita o menstruo, provoca o parto, expulsa as páreas.
<i>Balsamo apoplético das boticas dos Colégios de Macau e Bahia optimo</i>	Para toda a casta de apoplexias, rebate as vertigens, conforta o cérebro, resiste aos ares corruptos, preserva da peste, usa-se dele cheirando-o, serve mais para rarefazer a pituita e demais humores crassos, aumenta o movimento dos espíritos.
<i>Balsamo apoplético das boticas dos Colégios de Macau e Bahia optimo para molheres</i>	Mesmos usos que o antecedente mais particularmente para as mulheres e os homens que tiverem a cabeça fraca
<i>Caçoula admirável da botica do Colégio da Bahia</i>	Peste e ar corrupto, dar bom cheiro.
<i>Conserva de Caroba da botica do Colégio da Bahia</i>	Toda a casta de Morbo Gallico.
<i>Cozimento para virgindade perdida da botica do Colégio da Bahia</i>	Para recuperar a virgindade.
<i>Emplastro para dores de cabeça da botica do Colégio da Bahia</i>	Para quaisquer dores de cabeça.
<i>Emplastro admirável para a Espinhela da botica do Colégio da Bahia</i>	Qualquer fraqueza da boca do estômago e para a espinhela.
<i>Emplastro de tabaco do irmão André da Costa da botica do Colégio da Bahia</i>	Desfazer tumores duros externos e internos, ainda que sejam cirrosos do baço ou do fígado.
<i>Emulsão régia da botica do Colégio da Bahia</i>	Serve para purgar admiravelmente os humores tartáreos, biliosos e pituitosos sem esquentar, porque a virtude refrigerante das sementes lho impede.
<i>Encerados para secar leite da botica do Colégio da Bahia</i>	Secar leite.
<i>Olio de Bicuibas expresso da botica do Colégio da Bahia</i>	Mesmos usos do unguento nervino e peitoral, e para as dores da madre.
<i>Olio de Erva da Costa da botica do Colégio da Bahia</i>	Serve no Brasil em lugar do óleo rosado, dizem ter as mesmas virtudes.
<i>Oleo de Canella da botica do Colégio da Bahia</i>	Maior corroborante estomático, cefálico e uterino que há na medicina por cuja causa se pode dar em todas as enfermidades em que se necessitar aumentar os espíritos e dissolver os humores crassos.
<i>Panacea mercurial da botica do Colégio da Bahia</i>	Males internos: toda a casta de gálico, obstruções, mal escorbútico, lombrigas; males externos: escrófulas, herpes e qualquer escoriação da cútis.
<i>Pedra infernal optima da botica do Colégio da Bahia</i>	Se abrirem fontes, exterminar as verrugas, consumir as carnes supérfluas e calosas das úlceras e outros semelhantes efeitos.
<i>Pillulas angélicas da botica do Colégio da Bahia</i>	Para purgar a cólera com muita suavidade e para o mais que servem as pímulas.

## Apêndice 1.

(Continua)

Mezinhas inventadas e/ou produzidas na botica do Colégio da Bahia	Virtudes e usos
<i>Pillulas capitais da botica do Colégio da Bahia</i>	Para purgar todos os humores, particularmente os da cabeça, ou os que se acham em partes distantes do estômago e especialmente os contidos nas juntas e outras semelhantes partes; aumentam todos os tipos de sentidos, particularmente a vista, servem nas dores cólicas e nefríticas e nas demais enfermidades causadas de semelhantes humores.
<i>Pillulas hemeticas da botica do Colégio da Bahia</i>	Provoca vômitos - purgação.
<i>Pillulas de resina de batata da botica do Colégio da Bahia</i>	Servem para o mesmo que as seguintes, mas são mais frescas e capitais.
<i>Pillulas de resina de Jalapa da botica do Colégio da Bahia</i>	Purgar os humores serosos e melancólicos, para a hidropsia, gota, reumatismos e obstruções.
<i>Quintilio optimo da botica do Colégio da Bahia</i>	Apoplexia, paralisias, terçãs, e todas as demais enfermidades em que se necessita vomitar. Serve também para dele se fazer o vinho emético, tártaro emético e xarope emético.
<i>Resina de batata como se faz da botica do Colégio da Bahia</i>	Purgar os humores sorosos e melancólicos, para a hidropsia, gota e reumatismos como a resina de jalapa.
<i>Rosa solis optima da botica do Colégio da Bahia</i>	Confortar o estômago, contra as indigestões, é um remédio bom de tomar porque não desagrada ao gosto.
<i>Solimão optimo da botica do Colégio da Bahia</i>	Serve aplicado exteriormente nas úlceras venéreas e sórdidas misturado com água de cal ou de tanchagem. Também misturado com unguentos, serve para consumir as carnes supérfluas, para a sarna e para os herpes e ultimamente serve para com ele se fazer o mercúrio doce sublimado e outras operações químicas. É este um dos mais prontos (rápido) venenos tomado interior (pela boca), como cáustico e mui corrosivo que é.
<i>Tartaro emético optimo da botica do Colégio da Bahia</i>	Apoplexia, paralisia e para o mais que servem os outros eméticos antimoniados, mas é muito mais seguro e obra brandamente sem muitas ânsias.
<i>Tintura de Alambre da botica do Colégio da Bahia</i>	Apoplexias, paralisias, epilepsias e para qualquer afeto (sintoma) histérico dada (ministrada) em qualquer licor apropriado.
<i>Triaga brasílica celeberrima em todo aquele novo mundo da botica do Colégio da Bahia</i>	Antídoto ou panaceia.
<i>Triaga brasílica reformada do irmão André da Costa</i>	Antídoto.
<i>Vinho emético da botica do Colégio da Bahia</i>	Provocar admiravelmente o curso e vômito, principalmente se se misturar com algum purgante, aproveita muito na apoplexia, paralisia, terçãs, e em todas as enfermidades em que se necessita fazer vomitar e purgar ao enfermo.
<i>Unguento amarelo da botica do Colégio da Bahia</i>	Serve no princípio de ferida dos nervos e partes musculosas, alimpa e encarna as úlceras, e otimamente as mundifica.
<i>Unguento de Azougue da botica do Colégio da Bahia do irmão boticário Francisco da Silva</i>	Serve para excitar o fluxo da boca com muita brevidade, para qualquer casta de gálico, para as bobas antigas, sarna e impigens.
<i>Unguento de Cantaridas potente da botica do Colégio da Bahia do irmão boticário Francisco da Silva</i>	Não diz.
<i>Unguento caustico da botica do Colégio da Bahia para tirar lobinhos, cancrios, verrugas, etc</i>	Para tirar lobinhos, cancrios, verrugas etc.





Apêndice 1.

(Continua)

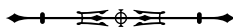
Mezinhas inventadas e/ou produzidas na botica do Colégio da Bahia	Virtudes e usos
<i>Unguento para comechoens de corpo da botica do Colégio da Bahia</i>	Comichões do corpo, qualquer inflamação da cutis e especialmente para o fígado.
<i>Unguento preservativo das Erpes da botica do Colégio da Bahia</i>	Preservar dos herpes, modifica e seca com muita utilidade.
<i>Unguento contra sarnas da botica do Colégio da Bahia</i>	Para qualquer casta de sarnas.
<i>Xarope de Coral da botica do Colégio da Bahia</i>	Dulcificar o sangue e a acrimonia dos humores, é contra cursos e vômitos.
<i>Xarope emético da botica do Colégio da Bahia</i>	Purgar por vômito e curso com muita suavidade e sem moléstia alguma.

Mezinhas inventadas e/ou produzidas na botica do Colégio do Rio de Janeiro	Virtudes
<i>Massa para Cezoens da botica do Colégio do Rio de Janeiro</i>	Para toda a casta de febres que vem com frio.
<i>Vinho febre fuga da botica do Colégio do Rio de Janeiro</i>	Qualquer sorte de febre que entra com o frio.

Mezinhas inventadas e/ou produzidas na botica do Colégio de Recife	Virtudes
<i>Água antivenérea chamada da Salsa da botica do Colégio do Recife</i>	Serve para toda casta de gálico.
<i>Água antivenérea da botica do Colégio do Recife (do Cirurgião Manuel dos Santos)</i>	Doenças venéreas.
<i>Agoa Benedita da botica do Colégio do Recife</i>	É um vomitório potente e seguro.
<i>Agoa otálmica romana da botica do Colégio de Recife (autor o Dr. Jozé de....)</i>	Serve para qualquer inflamação dos olhos.
<i>Besoartico do Curvo singular contra febres malignas da botica do Colégio do Recife</i>	Para os mesmos achaques para que servem os próprios do Curvo. Que são: Febres malignas, bexigas, sarampão, ânsias do coração, delírios, pintas e envenenamento, como consta no folheto "Manifesto que o Doutor João Curvo Semmedo" (1706, p. 5).
<i>Tizana laxativa momplacensis da botica do Colégio de Recife</i>	Serve para qualquer infecção gálica.
<i>Unguento para tudo da botica do Colégio do Recife</i>	Digerir, encarnar e cicatrizar qualquer chaga, é ótimo para qualquer ferida e qualquer postema.

Mezinhas inventadas pelo irmão boticário André da Costa	Virtudes
<i>Emplastro de tabaco do irmão André da Costa da botica do Colégio da Bahia</i>	Desfazer tumores duros externos e internos, ainda que sejam cirrosos do baço ou do fígado.
<i>Triaga brasílica reformada</i>	Contraveneno ou antídoto.

Mezinhas inventadas pelo irmão boticário Manuel Diniz	Virtudes
<i>Balsamo para Empigens do irmão boticário Manuel Diniz</i>	Serve para toda casta de impigens.
<i>Unguento para Empijas do irmão boticário Manuel Diniz</i>	Impigens.



## Apêndice 1.

(Conclusão)

Mezinhas inventadas pelo irmão boticário Francisco da Silva	Virtudes
<i>Emplasto para matar lombrigas do irmão boticário Francisco da Silva</i>	Lombrigas.
<i>Grãos para fontes do irmão boticário Francisco da Silva</i>	Serve para as fontes quando elas não querem purgar, atrai-lhe a ocorrência dos humores a elas, tira-lhe qualquer calosidade que tenham e as conserva sem ela.
<i>Hercules infans do irmão boticário Francisco da Silva</i>	Serve para limpar a região superior e muitas vezes a inferior, purga.
<i>Valea optima de ponta de veado do irmão boticário Francisco da Silva</i>	Serve para inspissar, dulcificar e corrigir a acritude dos humores, é muito boa para resistir à malignidade dos ares, para suspender os cursos do ventre, o vômito, e o esputo de sangue, restaura as forças perdidas, nutre e fortifica o estômago.
<i>Leite virginal do irmão boticário Francisco da Silva</i>	Serve para tirar manchas ou sinais da cara ou de outra qualquer parte.
<i>Manteiga de Chumbo do irmão boticário Francisco da Silva</i>	Secar as sarnas e todos os comichões cutâneos, é bom para as empolas e chagas da cabeça ou de outra qualquer parte. É muito dessecativa, serve para toda inflamação procedida de fígado, e para tirar qualquer pano e sinal da cara.
<i>Triagas contra lombrigas do irmão boticário Francisco da Silva</i>	Para toda a casta de pessoas e de lombrigas.
<i>Unguento de Azougue da botica do Colégio da Bahia do irmão boticário Francisco da Silva</i>	Serve para excitar o fluxo da boca com muita brevidade, para qualquer casta de gálico, para as bobas antigas, sarna e impigens.
<i>Unguento de Cantaridas potente da botica do Colégio da Bahia do irmão boticário Francisco da Silva</i>	Não diz.
<i>Unguento Caustico para o mesmo [para tirar lobinhos, cancro, verrugas, etc] do irmão boticário Francisco da Silva</i>	Serve para o mesmo que o antecedente [para tirar lobinhos, cancro e verrugas], mas o outro é mais benigno e obra mais suavemente.
<i>Unguento para empijas do irmão boticário Francisco da Silva</i>	Impigens.
<i>Unguento de fezes de ouro do irmão boticário Francisco da Silva</i>	Serve para o mesmo que a manteiga de chumbo, mas não é tão eficaz.
<i>Unguento narcótico do irmão boticário Francisco da Silva</i>	Serve para reconciliar sono e tirar dores de cabeça.

Apêndice 2. Lista dos boticários do Estado do Maranhão segundo informações coletadas nos catálogos trienais da Companhia de Jesus (ARSI, Bras. 27).

Datas/Instituições	Colégio do Maranhão	Colégio do Pará
1723	<i>Irmão Aloísio (ou Luís) Pinheiro [Aloysius Pinheyro] (então estudante de Humanidades)</i>	
1724	<i>Irmão Aloísio Pinheiro (então estudante de Humanidades)</i>	<i>Irmão Francisco de Gaya [Franciscus de Gaya], boticário</i>
1735		<i>Irmão José Cardoso [Josephus Cardozo], boticário (estudante de Teologia Moral)</i>
1737	<i>Irmão Clemente Ferreira [Clemens Ferreyra], boticário e enfermeiro</i>	
1745		<i>Irmão Ch. Manuel de Andrade [Ch. Emmanuel de Andrade], boticário e enfermeiro</i>
1752	<i>Irmão Domingos Alberti [Dominicus Alberti], boticário e enfermeiro</i>	<i>Irmão Manuel Girão [Emmanuel Girão], boticário e enfermeiro</i>
1753		<i>Irmão Manuel Girão [Emmanuel Girão], boticário e curador dos animais</i>

